PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Relatório da Pesquisa da Proveniência Corte de Apelação do Distrito Federal

Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGCON/ SEGAP)

28/08/2006 a 19/01/2007

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO.....3
1.1 Duração da Pesquisa 3
1.2 Equipe de Pesquisa.....4
1.3 Grupo de Trabalho.....4
1.4 Resultados alcançados.....5

2. ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS.....6

3. MINI-TEXTOS.....24

4. COMPARAÇÃO DAS ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS COM OS PROCESSOS DO FUNDO DOCUMENTAL CORTE DE APELAÇÃO (DF).....29
4.1 Quantidade de processos por ano.....29
4.2 Proveniência.....30
4.3 Tipo documental.....32
4.4 Processos consultados.....34

ANEXOS.....44

I. PRETORIAS – 1890.....45
II. PRETORIAS – 1895.....46
III. PRETORIAS – 1895 (ANEXAÇÕES) 47
IV. PRETORIAS – 1905.....48
V. PRETORIAS – 1911.....49
VI. PRETORIAS – 1917.....50
VII PRETORIAS – 1923.....51

1. APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é parte integrante do Projeto de Pesquisa da Proveniência do acervo documental do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa foi efetuada pelo Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes, da Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento (DGCON/ SEGAP).

A pesquisa possui como corte temporal o período de 1890 a 1937, ou seja, o período que vai a criação da Corte de Apelação do Distrito Federal até a sua extinção. O levantamento da pesquisa foi realizado nas seguintes instituições: biblioteca do CCBB e biblioteca do Tribunal de Justiça. A montagem das estruturas organizacionais foi elaborada através da coleção de leis do Brasil, entre o período de 1890 e 1937. Visando complementar a realização do trabalho, foi organizada, em dois volumes, toda a legislação pertinente ao fundo documental estudado.

O relatório elaborado foi disposto da seguinte forma: no primeiro item consta a apresentação do trabalho, o tempo de duração do mesmo, bem como os resultados alcançados e as informações sobre a equipe e o grupo de trabalho; no segundo item, apresentamos as estruturas organizacionais e as informações pertinentes à distribuição dos processos; no terceiro item, os mini-textos de cada serventia; no quarto item, o relatório de análise dos processos do fundo pesquisado e por fim, em anexo, as informações levantadas sobre as pretorias.

1.1 DURAÇÃO DA PESQUISA

O período a que se refere à coleta dos dados, elaboração das estruturas e mini textos, análise dos processos até a apresentação final dos resultados da pesquisa, conforme o Plano de Ação, compreendeu o período de 28 de agosto de 2006 a 19 de janeiro de 2007.

RESGATAR A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA FONTE GERADORA DO ACERVO DOCUMENTAL DO PJERJ – CORTE DE APELAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL				
Unidade	**Tipo de atividade**	**Realização**		
		Período*	**Dias trabalhados**	**Total de Homem/ Dia (HD)**
Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes	Pesquisa da Proveniência	28/08/2006 a 19/01/2007	93dias	2HD

* No período de 28/08/2006 a 19/01/2007, o referido trabalho foi realizado por uma pessoa, com a carga horária de nove horas diárias, sendo supervisionado pela Chefe de Serviço, com a carga horária média de uma hora diária.

1.2 EQUIPE DE PESQUISA

A Equipe de Pesquisa (EPP) constituída para a elaboração da Pesquisa da Proveniência do fundo documental Corte de Apelação do Distrito Federal, foi supervisionada pela Chefe de Serviço do SEGAP Rosângela de Jesus Gomes. A pesquisa foi realizada pela pesquisadora Isabele de Matos Pereira de Mello.

1.3 GRUPO DE TRABALHO DA PESQUISA DA PROVENIÊNCIA

O Grupo de Trabalho da Pesquisa da Proveniência (GTPP), é composto por Marcus Vinicius Domingues Gomes (DGCON/ GBCON), Gilberto de Souza Cardoso (DGCON/ DIGED), Maria Rosa Torres Susana (DGCON/ SEGIA), Rosangela de Jesus Gomes (DGCON/ SEGAP) e Argemiro Eloy Gurgel (DGCON/ DEGEM). O Grupo de Trabalho foi formalizado pela Portaria DGCON Nº02/2006, em 30 de março de 2006.

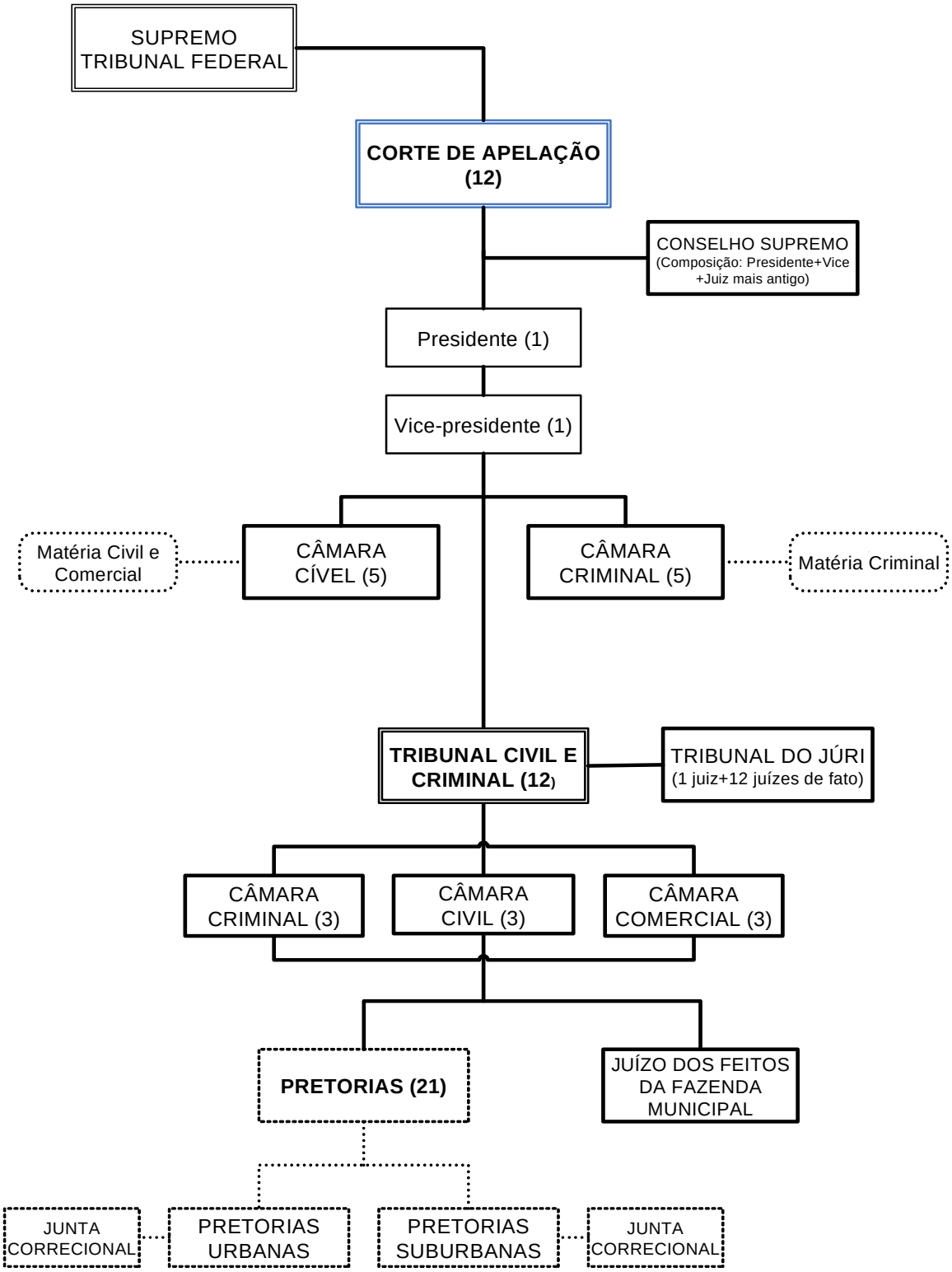
1.4 RESULTADOS ALCANÇADOS

- Os presentes dados confirmaram o quadro de arranjo elaborado provisoriamente pelo SEGIA e que embasava a organização do acervo permanente realizado pela Equipe de Arranjo da documentação.
- Conclusão da proveniência do fundo Corte de Apelação do Distrito Federal.

2. ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS

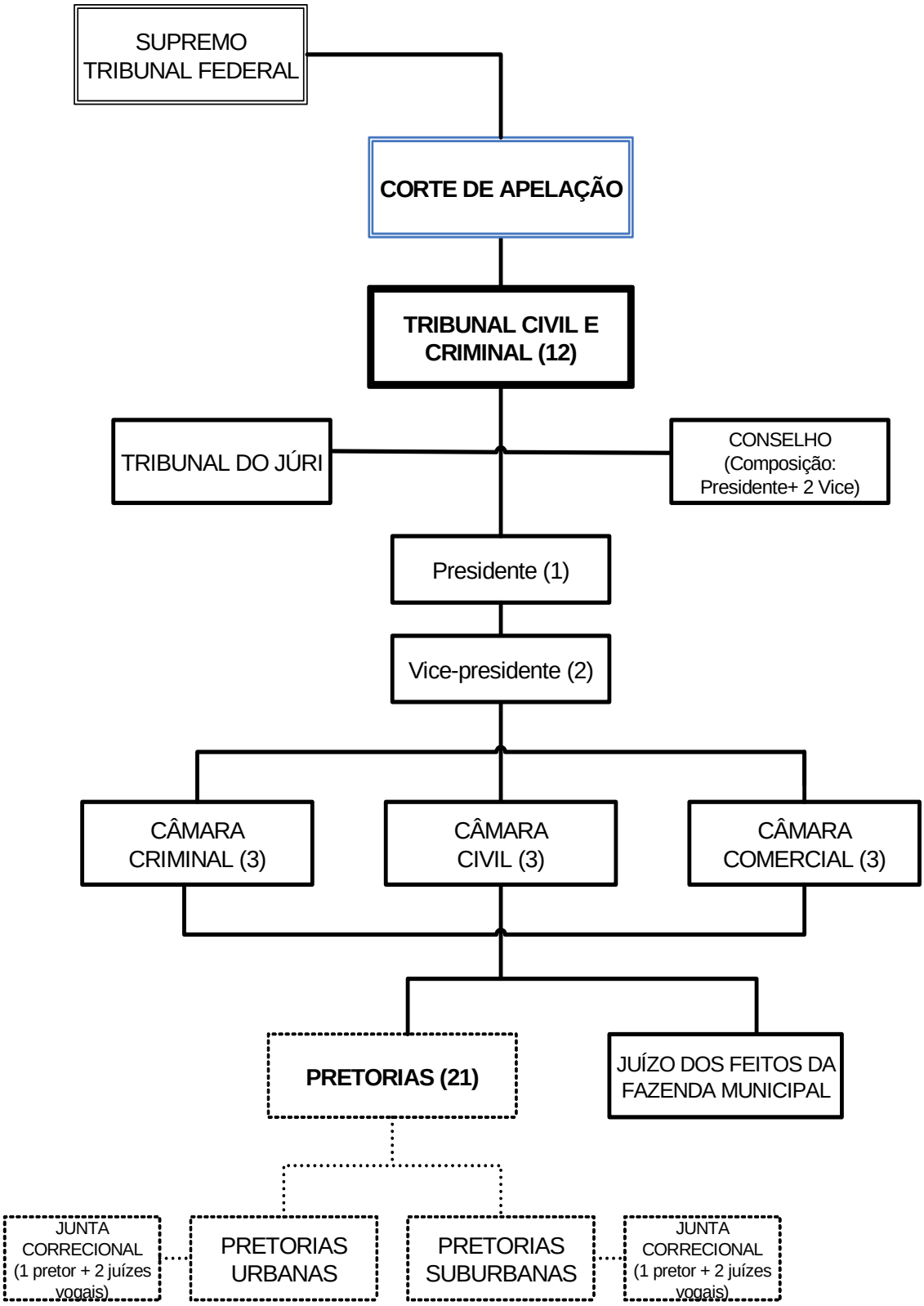
CORTE DE APELAÇÃO – 1890

Decreto nº. 1.030, de 14/11/1890.



TRIBUNAL CIVIL E CRIMINAL-1890

Decreto nº 1.030, de 14/11/1890.



CORTE DE APELAÇÃO – 1890

CORTE DE APELAÇÃO

SECRETARIA DA CORTE DE APELAÇÃO

1 secretário
2 amanuenses
1 porteiro
2 contínuos

SECRETARIA DO TRIBUNAL CIVIL E CRIMINAL

1 secretário
2 amanuenses
1 porteiro
2 continuos

SERVENTUÁRIOS E EMPREGADOS DA JUSTIÇA

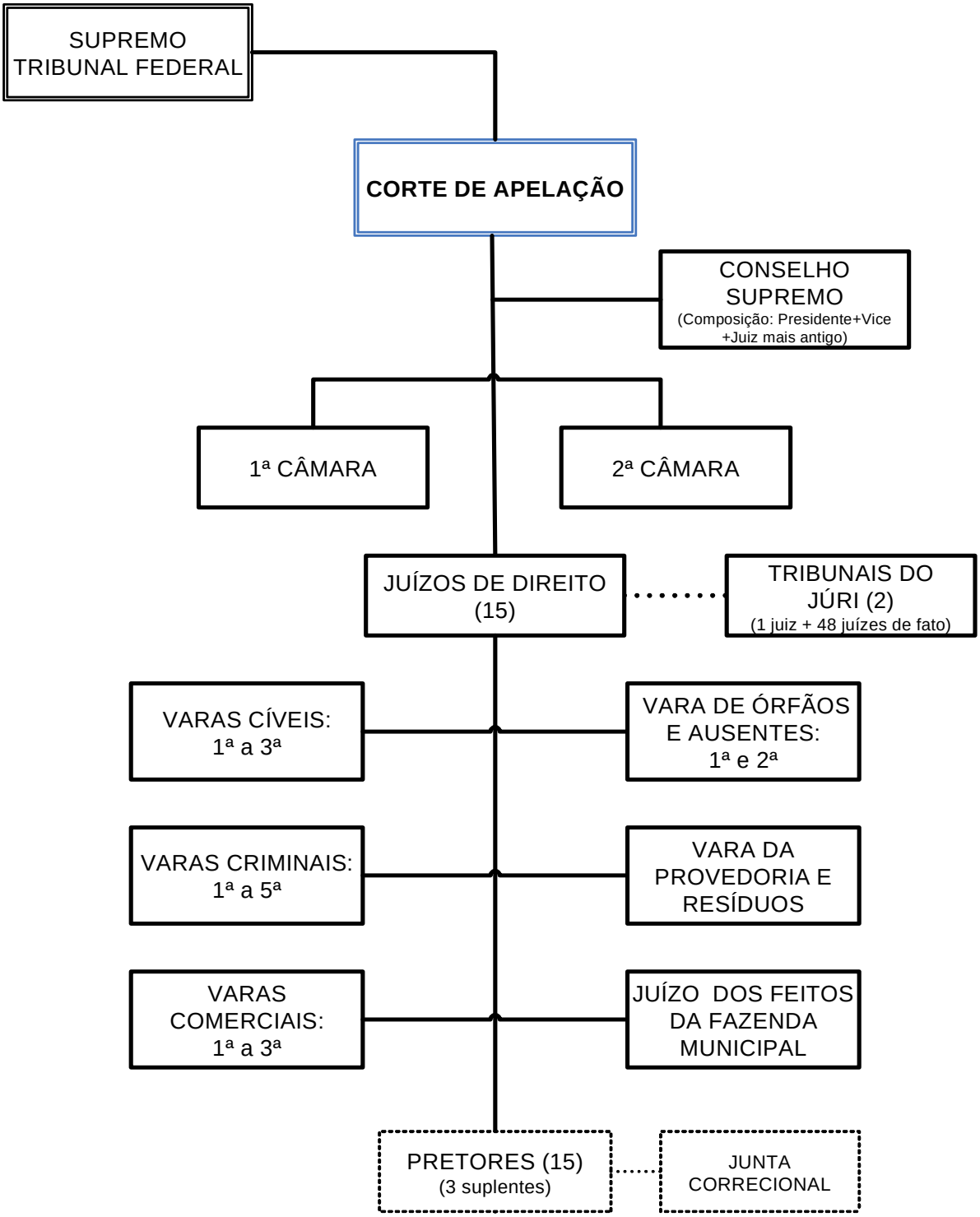
2 escrivães na Corte de Apelação
9 escrivães no Tribunal Civil e Criminal
2 escrivães no Tribunal do Júri
1 escrivão no Juízo dos Feitos da Faz. Muncipal
1 escrivão em cada pretoria
1 distribuidor
2 partidores
1 contador

DISTRIBUIDOR

1º DISTRIBUIDOR
Distribuição aos escrivães de todos os feitos, petições e precatórias, cíveis e criminais; distribuição das escrituras pelos tabeliães.

CORTE DE APELAÇÃO -1905[1]

Ato legislativo:Decreto n°1.338, de 09 de Janeiro de 1905.
Ato executivo: Decreto nº 5.433, de 16 de Janeiro de 1905.



[1] O Tribunal Civil e Criminal é extinto em 1905.

CORTE DE APELAÇÃO – 1905

CORTE DE APELAÇÃO

SECRETARIA DA CORTE DE APELAÇÃO

1 secretário
1 oficial
2 escrivães
2 amanuenses
1 porteiro
2 contínuos
2 oficiais de justiça
1 correio

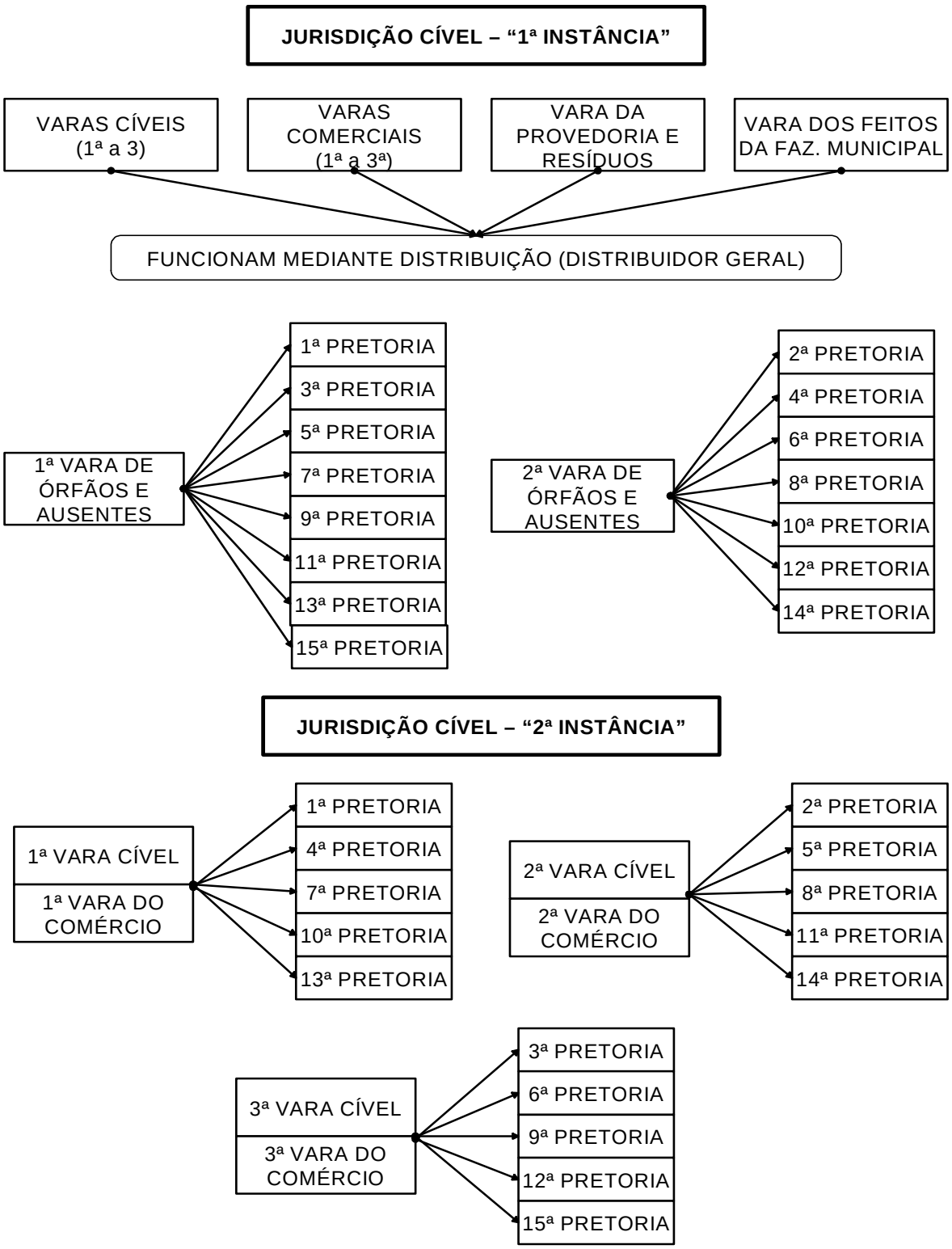
SERVENTUÁRIOS E EMPREGADOS DA JUSTIÇA

2 escrivães na Corte de Apelação
4 escrivães nos Tribunais do Jury
1 escrivão em cada juízo, exceto no de órfãos e na provedoria onde haverá 2.
1 escrivão privativo de cada pretoria
1 contador
2 partidores
10 tabeliães de nota
1 tabelião privativo
3 oficiais do registro geral
1 oficial do registro especial
1 depositário público
1 distribuidor geral

DISTRIBUIDOR

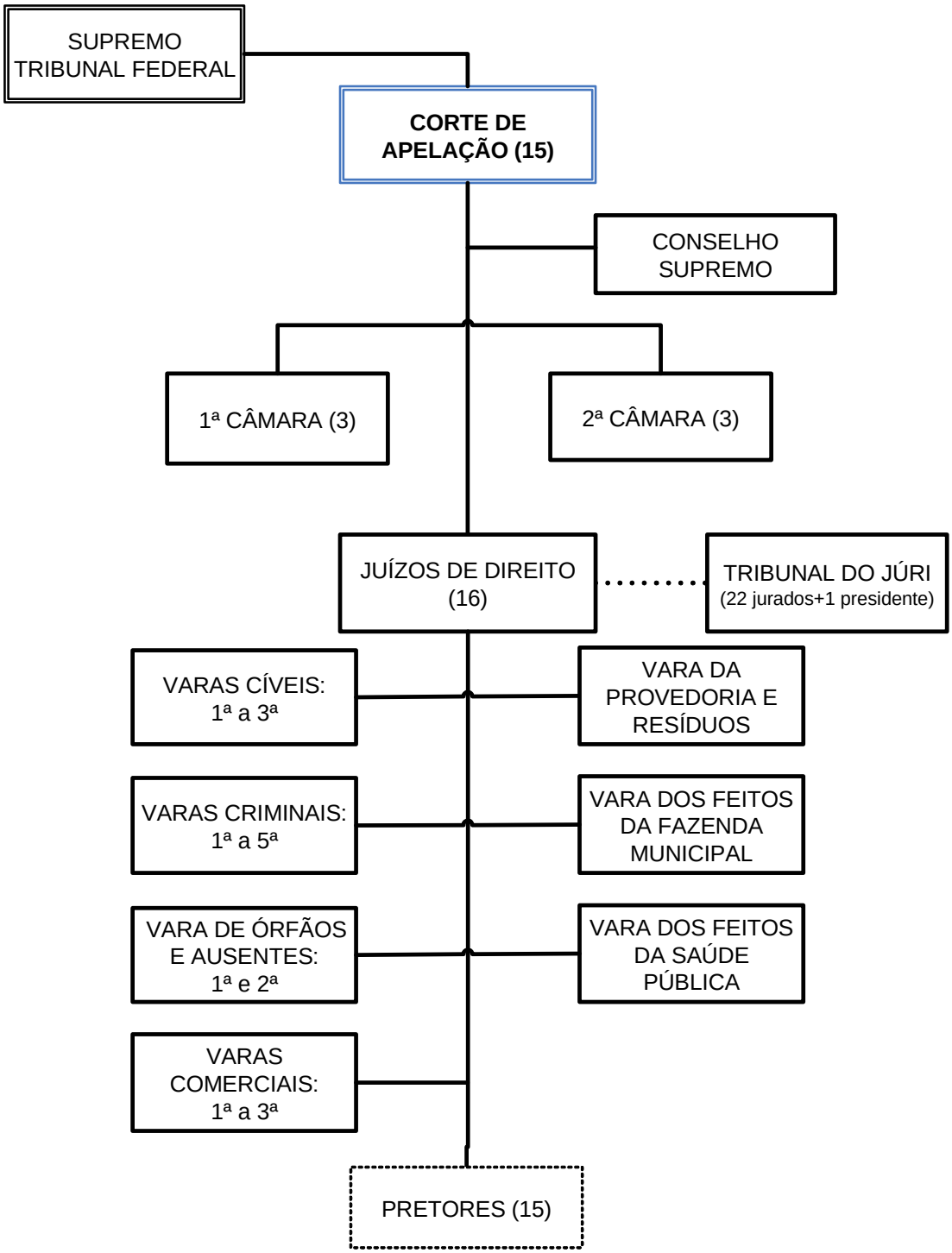
DISTRIBUIDOR GERAL
Distribuição das escrituras e dos feitos cíveis, comerciais e criminais aos tabeliães e aos escrivães das respectivas varas; distribuição dos requerimentos das ações cíveis e comerciais aos respectivos juízes.

CORTE DE APELAÇÃO – 1905



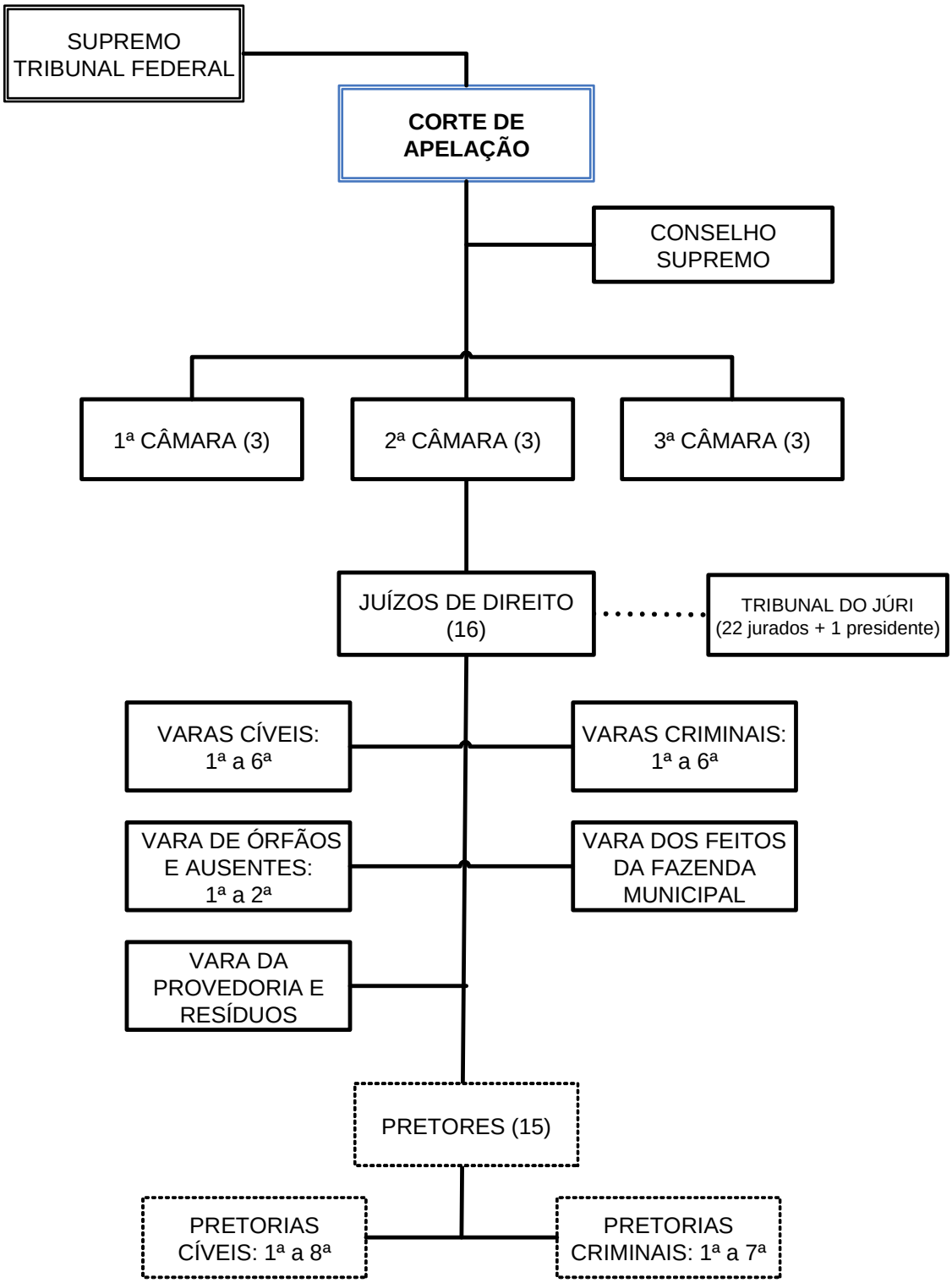
CORTE DE APELAÇÃO – 1910

Decreto nº. 7.803, de 06 de janeiro de 1910.



CORTE DE APELAÇÃO – 1911

Decreto nº. 9.263, de 28 de Dezembro de 1911.



CORTE DE APELAÇÃO – 1911[2]

CORTE DE APELAÇÃO

SECRETARIA DA CORTE DE APELAÇÃO

1 secretário
1 oficial
3 amanuenses
2 contínuos
1 porteiro
1 correio

SERVENTUÁRIOS E EMPREGADOS DA JUSTIÇA

10 tabeliães de notas
1 tabelião privativo do protesto de letras
3 oficiais do registro geral
1 oficial do registro especial
1 escrivão privativo em cada pretoria criminal
1 escrivão privativo na 8ª pretoria cível
2 escrivães privativos em cada pretoria cível
1 escrivão em cada varas cíveis e criminais
2 escrivães em cada vara de órfãos, provedoria e resíduos e dos feitos da Fazenda Municipal
2 escrivães do Tribunal do Júri
2 escrivães da Corte de Apelação
2 distribuidores
3 contadores
2 partidores
9 avaliadores privativos
3 porteiros de auditório
1 depositário público

DISTRIBUIDORES: 1º e 2º

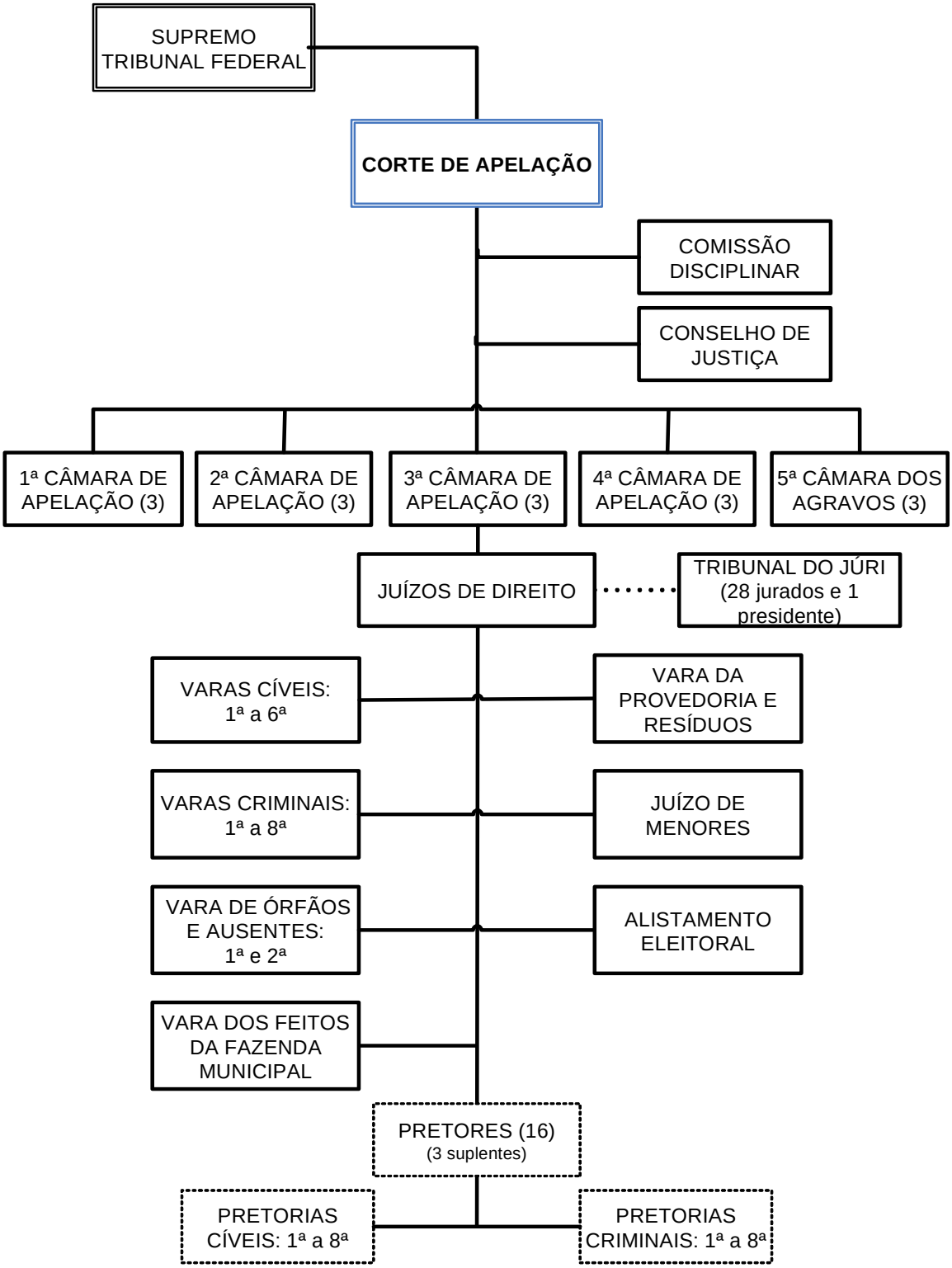
1º DISTRIBUIDOR
Distribuição aos escrivães de todos os feitos, petições e precatórias, cíveis e criminais; distribuição das escrituras pelos tabeliães.

2º DISTRIBUIDOR
Distribuição aos escrivães das pretorias de todos os feitos cíveis, segundo a divisão das circunscrições.

[2] Em 1913, é criado mais um ofício distribuidor. Decreto nº. 10.015, de 16 de janeiro de 1911. O 1º ofício seria responsável pela distribuição das escrituras pelos tabeliães e o 2º ofício pela distribuição aos escrivães.

CORTE DE APELAÇÃO – 1923

Decreto nº. 16.273, de 20 de Dezembro de 1923.



CORTE DE APELAÇÃO – 1923

CORTE DE APELAÇÃO

SECRETARIA DA CORTE DE APELAÇÃO

- 1ª Administrativa
- 2ª Judiciária cível
- 3ª Judiciária criminal

1 secretário
3 chefes de seção
6 amanuenses
1 encarregado de jurisprudência
1 protocolista
1 arquivista bibliotecário
6 contínuos
6 serventes
2 correios
2 datilógrafos
1 porteiro
1 ajudante de porteiro

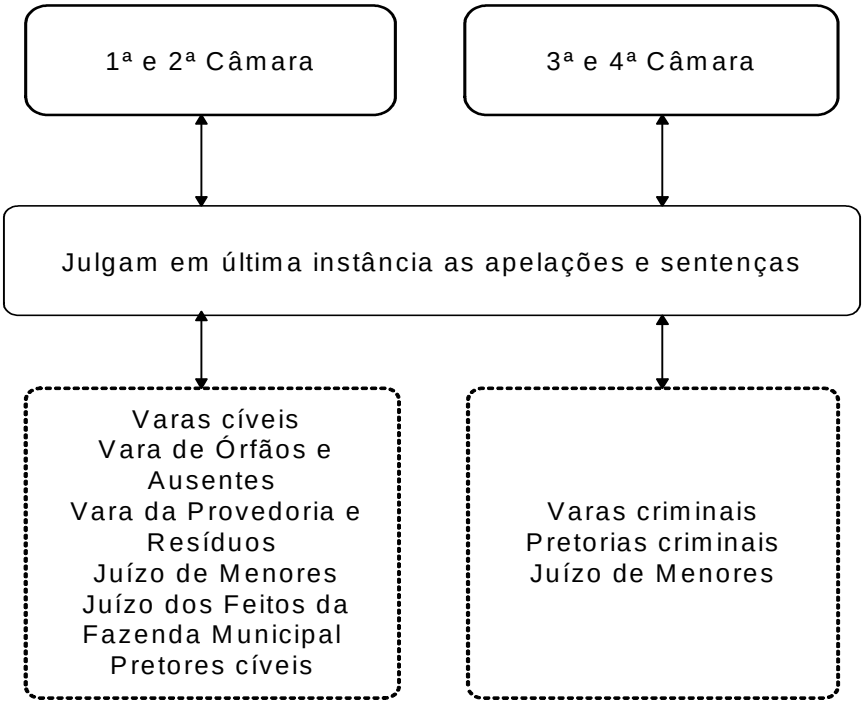
SERVENTUÁRIOS E FUNCIONÁRIOS DA JUSTIÇA

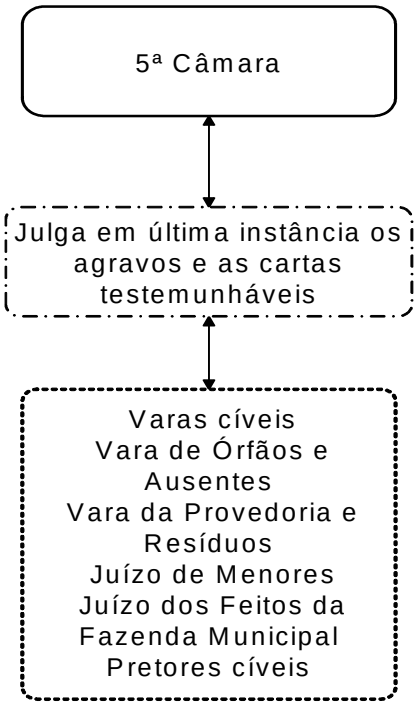
18 tabeliães de notas
2 oficiais do protesto de letras e títulos
4 oficiais do registro geral de imóveis
2 oficiais do registro especial de títulos e docs.
2 escrivães privativos de cada uma das pretorias cíveis
1 escrivão na 8ª pretoria cível
1 escrivão privativo em cada uma das pretorias criminais
1 escrivão em cada juízos de direito, do cível, do crime, de ausentes e do alistamento eleitoral
2 escrivães em cada um dos juízos de direito dos órfãos, da provedoria e resíduos e dos feitos da Fazenda Municipal
7 distribuidores
3 contadores
2 partidores
12 avaliadores privativos
7 porteiros dos auditórios
1 depositário público
1 escrevente em cada juízo de direito e pretoria criminal
4 oficiais de justiça em cada juízo do cível ou administrativo e nas pretorias cíveis
10 oficiais de justiça no juízo dos feitos da Fazenda Municipal
2 oficiais de justiça em cada juízo de direito e em cada pretoria criminal e no juízo eleitoral

DISTRIBUIDORES:

- 1º DISTRIBUIDOR: os juízos de direito
- 2º DISTRIBUIDOR: as pretorias pares
- 3º DISTRIBUIDOR: as pretorias ímpares
- 4º DISTRIBUIDOR: os ofícios de tabeliães pares
- 5º DISTRIBUIDOR: os ofícios de tabeliães ímpares
- 6º DISTRIBUIDOR: os ofícios do registro especial de títulos e documentos
- 7º DISTRIBUIDOR: os ofícios do protesto de letras e títulos

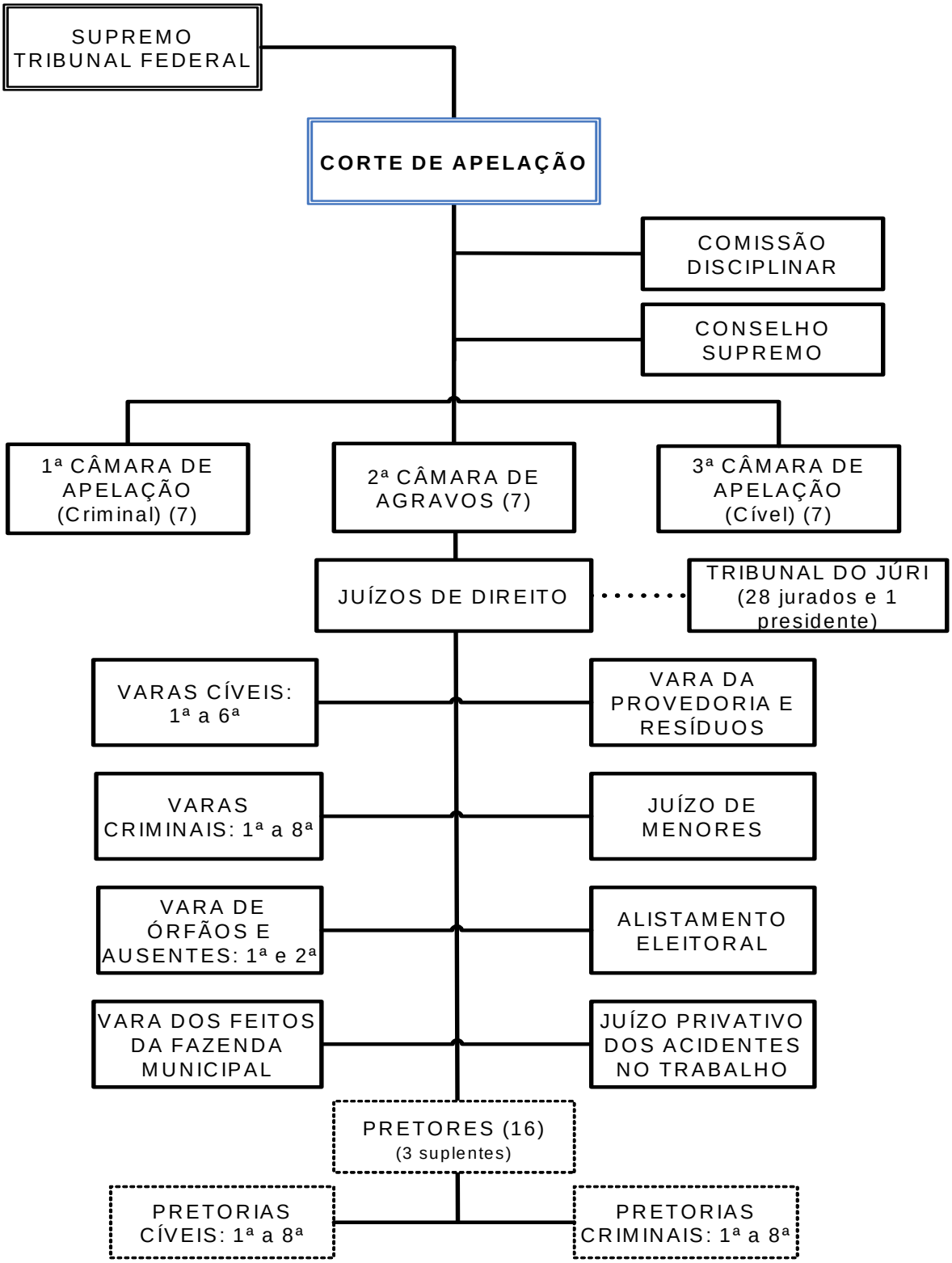
CORTE DE APELAÇÃO – 1923





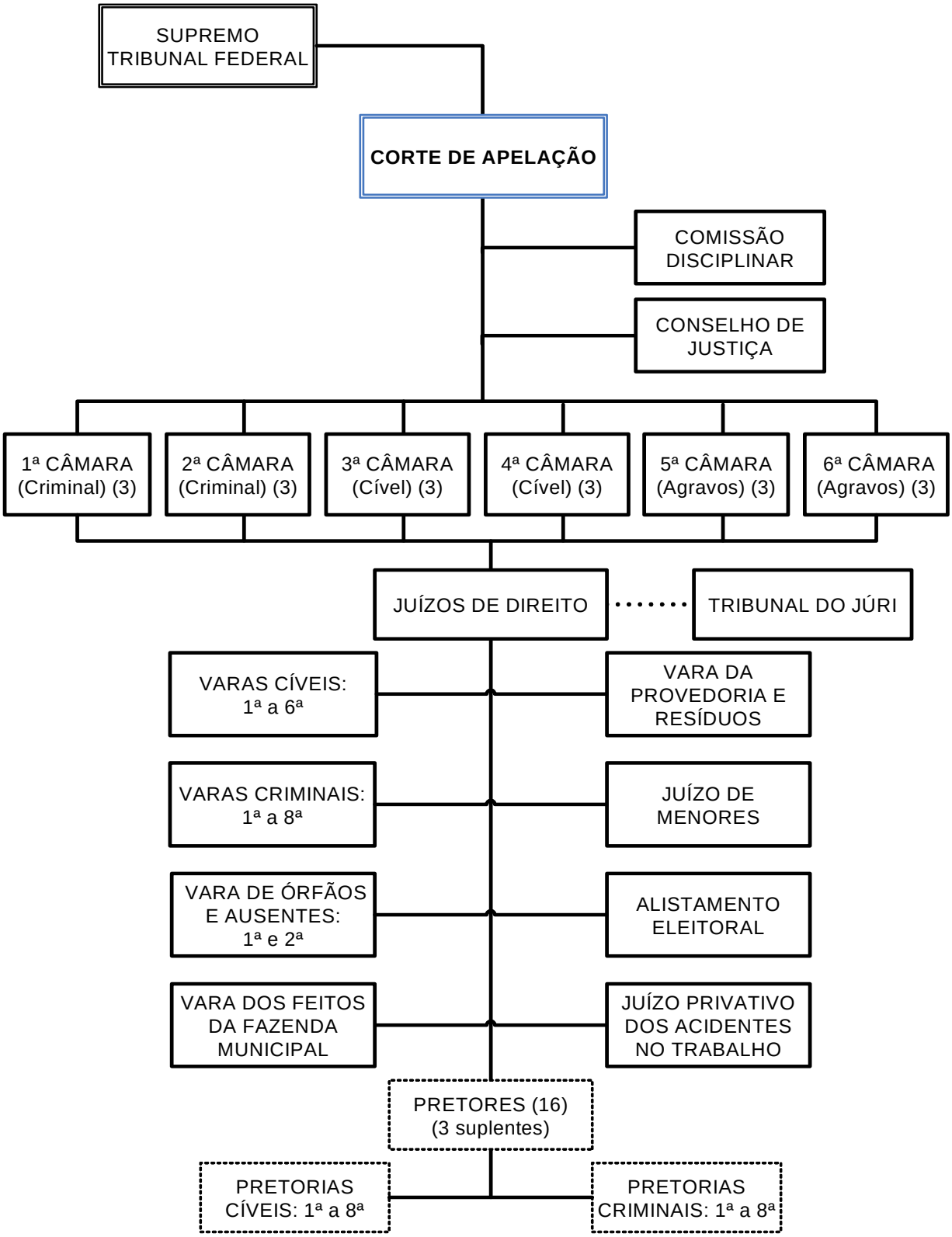
CORTE DE APELAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – 1926

Decreto nº. 5.053, de 06 de Novembro de 1926.



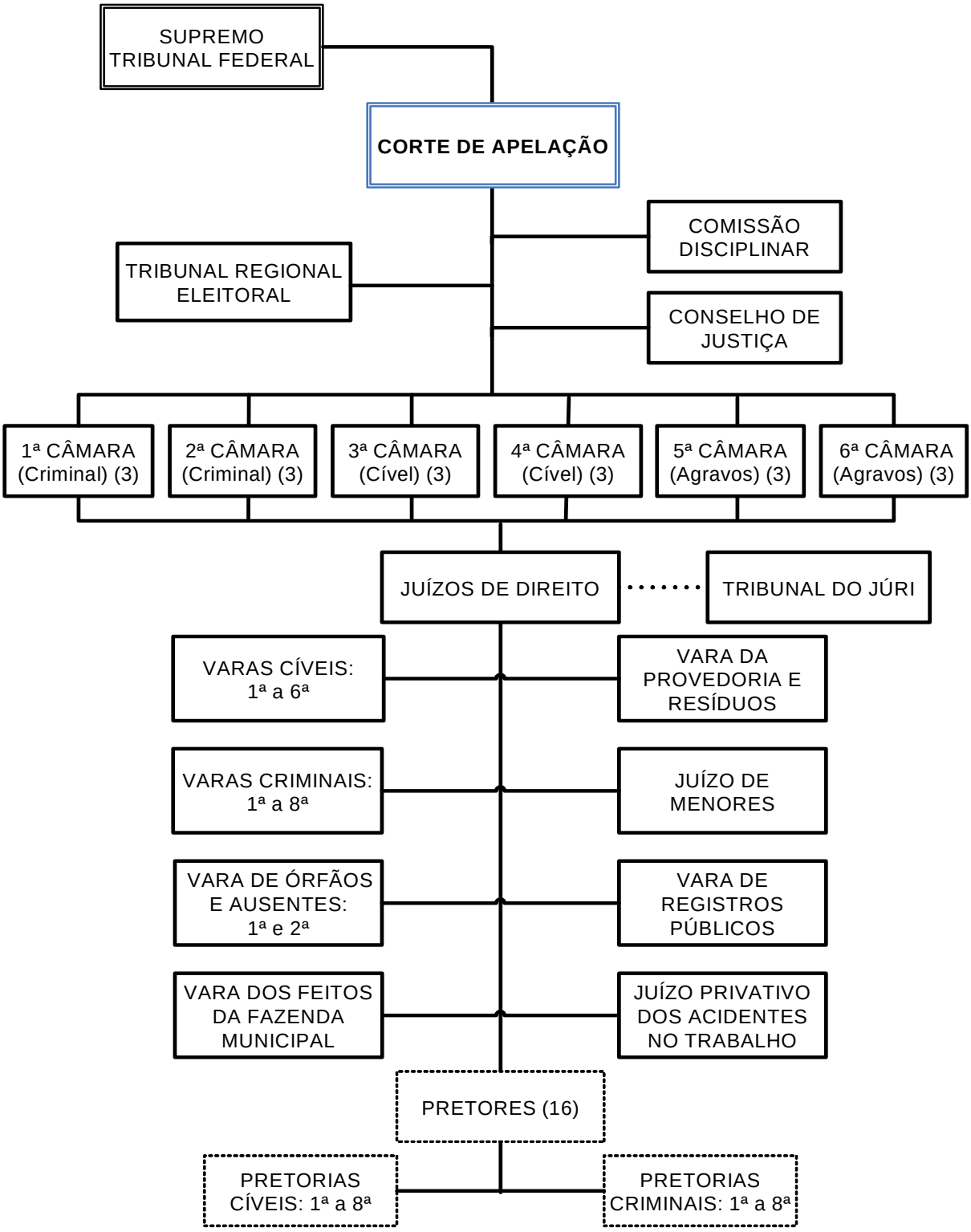
CORTE DE APELAÇÃO – 1930

Decreto nº. 19.408, de 18 de novembro de 1930.



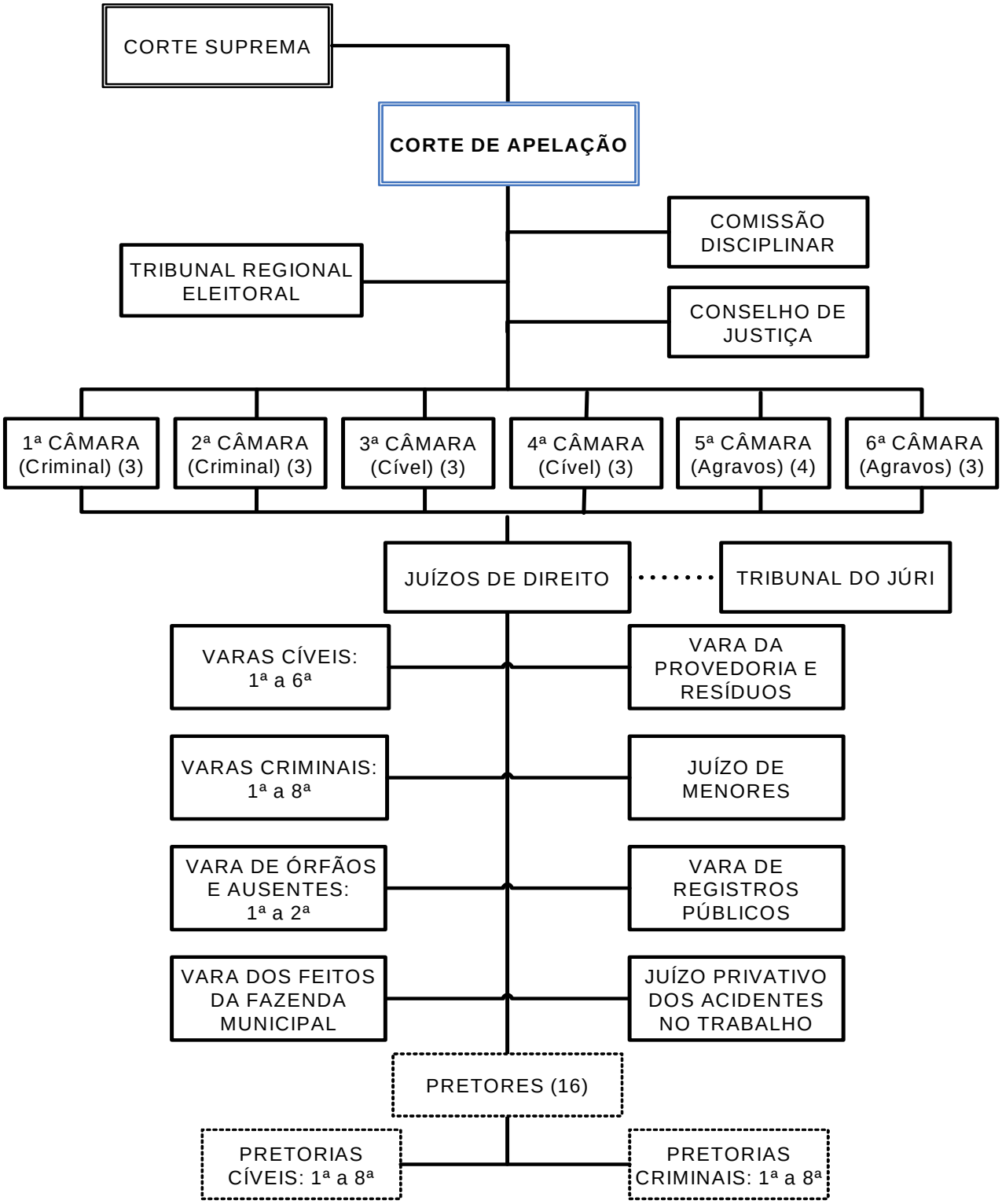
CORTE DE APELAÇÃO – 1932

Decreto nº. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932
Decreto nº. 21.025, de 28 de março de 1932.



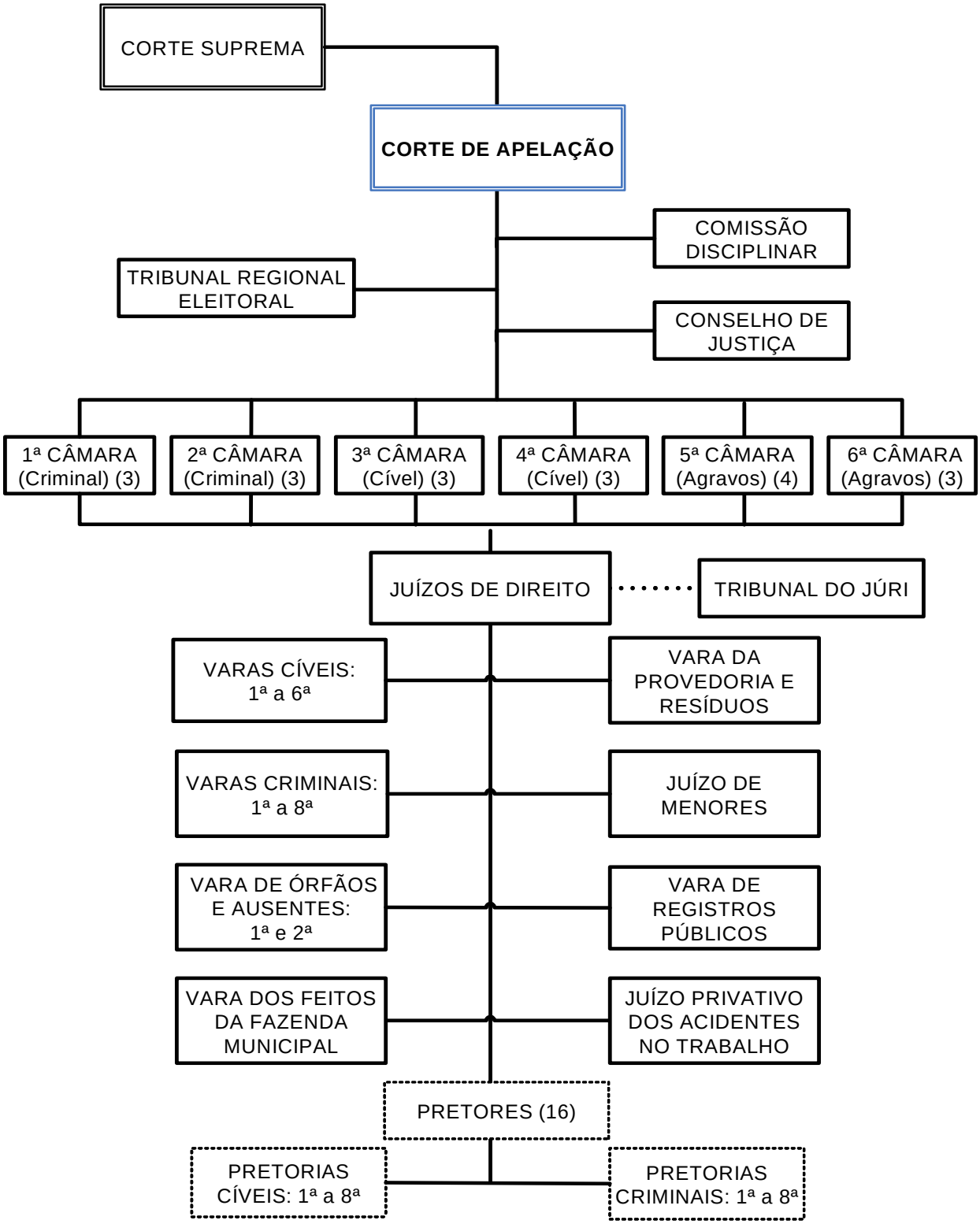
CORTE DE APELAÇÃO – 1934

Decreto nº. 24.775, de 14 de julho de 1934.
Constituição de 16 de julho de 1934.



CORTE DE APELAÇÃO – 1937

Decreto-lei nº. 06, de 16 de novembro de 1937.
Constituição de 16 de novembro de 1937.



3. MINI-TEXTOS

CORTE DE APELAÇÃO

Após a proclamação da República, foi efetuada separação distinta entre a justiça do Estado do Rio de Janeiro e a justiça do Distrito Federal. Com essa cisão, foi criado, o tribunal da Corte de Apelação do Distrito Federal, pelo decreto nº 1.030, de 14 de novembro de 1890, instalado em 09 de março de 1891. O novo tribunal passaria a exercer as mesmas atribuições da extinta Relação do Rio de Janeiro. Era composto, inicialmente, por um presidente, um vice-presidente, 10 juízes de direito e demais funcionários, sendo dividido em duas câmaras, uma cível e outra criminal. Em 1937, a justiça federal é extinta pelo decreto-lei nº. 06, de 16 de novembro.

TRIBUNAL CIVIL E CRIMINAL

Foi criado pelo decreto nº. 1.030, de 14 de novembro de 1890 e instalado em 09 de março de 1891. Esse tribunal julgaria os processos pendentes dos extintos juízos de direito da capital federal. Era dividido em três câmaras (criminal, civil e comercial), compostas de três juízes e três escrivães cada, e um conselho formado pelo presidente e pelos dois vice-presidentes. Esse tribunal só funcionou durante quatorze anos, sendo extinto em 1905.

CONSELHO SUPREMO

Conselho composto pelo presidente, pelo vice-presidente e pelo juiz mais antigo da Corte de Apelação. Era de sua competência julgar os conflitos de jurisdição entre as autoridades judiciárias; conhecer e julgar as suspeições postas aos juízes da Corte de Apelação, além de efetuar os exames de habilitação para os lugares de judicatura e do Ministério Público. Em casos específicos, os membros do conselho se uniam a três senadores e formavam um conselho supremo extraordinário.

CONSELHO DE JUSTIÇA

Criado em 1923, pelo decreto nº. 16.273 de 20 de dezembro, era um órgão de seleção para a investidura e promoção no exercício das funções judiciárias. O Conselho de justiça era formado por oito desembargadores, cinco jurisconsultos, funcionando sob a presidência do presidente da Corte de Apelação. O Conselho realizava um sessão ordinária anual sempre no mês de abril e o mandato de seus membros era de quatro anos. Esse Conselho exercia vigilância sobre o funcionamento da justiça, impondo sanções disciplinares, quando necessário. Foi extinto em 1926, voltando a ser designado de Conselho Supremo. O decreto nº. 19.408, de 18 de novembro de 1930, volta a estabelecer a designação de Conselho de Justiça, passando a ser composto pelo

COMISSÃO DISCIPLINAR

Criada em 1923, pelo decreto nº. 16.273 de 20 de dezembro, era composta de um juiz de direito, escolhido pelo Conselho de Justiça, um membro do Ministério Público e um pretor. O mandato de seus membros era de dois anos. A partir de 1926, o decreto nº. 5.053 de 06 de novembro, altera a composição da Comissão, que passa a contar com três juízes de direito e um escrivão. A Comissão processava e julgava as faltas disciplinares dos funcionários auxiliares da justiça; presidia os concursos e organizava as listas para nomeação e promoção dos funcionários.

VARAS CÍVEIS

Em 1890, juntamente com o Tribunal da Corte de Apelação do Distrito Federal, foi criado o Tribunal Civil e Criminal em substituição aos juízos de direito. Em 1905, esse tribunal foi extinto e voltaram a existir os juízos de direito. O decreto nº 1.338, de 09 de janeiro de 1905, estabeleceu a criação de três varas cíveis. Os juízes de direito do cível teriam jurisdição em todo o território do Distrito Federal e funcionariam alternadamente por distribuição. Em 1911, são criadas mais três varas cíveis, que passam a totalizar seis varas cíveis, número esse que se mantém até a extinção da Corte de Apelação do Distrito Federal.

VARAS CRIMINAIS

Em 1890, juntamente com o Tribunal da Corte de Apelação do Distrito Federal, foi criado o Tribunal Civil e Criminal em substituição aos juízos de direito. Em 1905, esse tribunal foi extinto e voltaram a existir os juízos de direito. O decreto nº 1.338, de 09 de janeiro de 1905, estabeleceu a criação de cinco varas criminais. Os juízes de direito do crime tinham jurisdição em determinadas zonas, as circunscrições judiciárias, que compreendiam em duas ou mais pretorias de acordo com as necessidades de administração da justiça. Em 1911, é criada mais uma vara criminal, totalizando seis varas criminais. Em 1923, são criadas mais duas varas criminais (criação prevista no decreto nº. 4.632, de 06/01/1923), passando então a funcionar oito varas criminais até a extinção da Corte de Apelação do Distrito Federal.

VARAS COMERCIAIS

Em 1890, juntamente com o Tribunal da Corte de Apelação do Distrito Federal, foi criado o Tribunal Civil e Criminal em substituição aos juízos de direito. Em 1905, esse tribunal foi extinto e voltaram a existir os juízos de direito. O decreto nº 1.338, de 09 de janeiro de 1905, estabeleceu a criação de três varas comerciais, que assim como as varas cíveis, deveriam funcionar alternadamente, por meio de distribuição. A partir de 1911, essas varas são extintas e a jurisdição comercial passa para as varas cíveis.

VARA DA PROVEDORIA E RESÍDUOS

Foi criada pelo decreto nº. 1.338, de 09 de janeiro de 1905. Não sofreu alterações durante do período de funcionamento da Corte de Apelação do Distrito Federal.

Dentre suas competências privativas, podemos destacar: fazer cumprir testamento e codicilos; processar e julgar as causas de nulidade de testamento e fazer a arrecadação dos resíduos e remeter ao tesouro federal.

VARAS DE ÓRFAOS E AUSENTES

Foram criadas pelo decreto nº. 1.338, de 09 de janeiro de 1905, denominadas como 1ª e 2ª vara de órfãos e ausentes. Não sofreram alterações durante do período de funcionamento da Corte de Apelação do Distrito Federal.

VARA DE ALISTAMENTO ELEITORAL

A criação desta vara estava prevista no decreto nº. 4.632, de 06 de janeiro de 1923, que fixou a despesa geral da República para o ano de 1923. Foi criada de fato pelo decreto nº. 16.273, de 20 de dezembro de 1923. O juiz privativo do alistamento eleitoral exercia jurisdição sobre todo o território do Distrito Federal. Os oficiais do registro de imóveis e de títulos e documentos eram subordinados ao juiz do alistamento eleitoral (decreto nº. 16.273, de 20 de dezembro de 1923). Em 1931, é alterado o número de funcionários desse juízo (decreto nº. 19.950, de 04 de maio de 1931). Essa vara foi extinta em 1932 e seu quadro aproveitado para a vara de registros públicos. Dentre suas competências privativas, podemos destacar: exercer as atribuições relativas ao alistamento eleitoral do Distrito Federal e a transferência de eleitores; decidir dúvidas postas pelos oficiais do registro geral e do especial, tabeliães, distribuidores, relativas ao exercício de suas funções e etc.

VARA DE REGISTROS PÚBLICOS

É criada pelo decreto nº. 21.205, de 28 de março de 1932, em função da extinção da vara de alistamento eleitoral, da qual foi aproveitado o quadro de funcionários.

JUÍZO DE MENORES

É criada pelo decreto nº. 16,273, de 20 de dezembro de 1923. Em 1926, é instituído o Código de menores. Em 1935, a lei nº. 65 de 13 de junho, determina a competência do juiz de menores para processar e julgar as infrações de leis e regulamentos de assistência e proteção de menores.

JUÍZO DOS FEITOS DA FAZENDA MUNICIPAL

Havia nesse juízo um escrivão e três procuradores.

Nesse juízo eram julgadas as causas cíveis, ordinárias ou sumárias, em que a Fazenda Municipal fosse autora, ré, assistente ou causas de interesse da mesma. O juiz dos Feitos da Fazenda Municipal fazia parte também da Junta de Contravenções Municipais, que julgava infrações de leis, posturas e regulamentos municipais.

JUÍZO DOS FEITOS DA SAÚDE PÚBLICA

Foi anexado a justiça local em 1910, pelo decreto nº. 7.803, de 06 de janeiro. Era equiparado ao juízo dos feitos da Fazenda Municipal. Foi extinto em 1911 e suas competências passaram para as varas cíveis. Seu acervo foi dividido para a 1ª vara cível e para a 1ª vara criminal.

PRETORIAS

O decreto nº 1.030, de 14 de novembro de 1890 dividiu o Distrito Federal em 21 pretorias, que foram classificadas como urbanas e suburbanas. As pretorias teriam a mesma circunscrição das atuais freguesias. Para cada pretoria seria nomeado um pretor para presidi - lá. Em 1895, após algumas anexações passaram a existir quinze pretorias, sendo depois definidas como oito cíveis e sete criminais. Em 1923, passam a funcionar dezesseis pretorias, oito cíveis e oito criminais.

PRETOR

Era um juiz vitalício, nomeado pelo Presidente da República. Só poderiam ser pretores os cidadãos brasileiros graduados em direito, com pelo menos dois anos de experiência no Ministério Público ou na advocacia. O pretor tinha três suplentes, nomeados pelo Ministro da Justiça, podendo um deles ser nomeado como sub-pretor. Serviam junto ao pretor um ou mais oficiais de justiça, que executavam suas ordens e despachos. O pretor deveria residir dentro de sua circunscrição pretorial. Os pretores receberam a jurisdição e as funções administrativas que incumbiam aos juízes de paz. Competia exclusivamente aos pretores o preparo e julgamento dos seguintes processos: divórcio amigável, cartas de emancipação, licenças para a subrogação de bens dotais ou para a venda de bens de raiz pelas mulheres menores e insinuação de doação. Dentre suas competências podemos destacar:

- processar e julgar, em primeira instância, as causas de valor de 1:000$ até 5:000$;
- exercer as funções não contenciosas de juiz de direito privativo dos casamentos;
- conceder fiança provisória e definitiva;
- ordenar a prisão de criminosos;
- coadjuvar os membros do Tribunal Civil e Criminal no preparo dos feitos que lhes fossem distribuídos e substituí-los no impedimento dos efetivos.
- fazer corpo de delito ou auto flagrante cumulativamente com as autoridades policiais, entre outras.

JUNTA CORRECIONAL

Em cada pretoria, funcionava uma junta correcional composta por um pretor e dois juízes vogais. Os juizes vogais eram escolhidos por meio de sorteio, dentre os qualificados, sendo sorteados vinte e quatro vogais e doze suplentes para cada pretoria. Os vogais serviam de dois em dois a cada mês, seguindo a ordem do sorteio. Essas juntas correcionais tinham jurisdição nas suas respectivas pretorias. Deveriam se reunir ordinariamente uma vez por semana e tinha a competência de processar e julgar as contravenções, as infrações de posturas municipais, as dos termos de bem viver e de segurança, além de alguns crimes previstos no livro II do Código Penal, tais como: ofensas físicas, ameaças, injúrias verbais e etc.

4. COMPARAÇÃO DAS ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS COM OS PROCESSOS DO FUNDO DOCUMENTAL CORTE DE APELAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Visando efetuar a confirmação e a comparação das estruturas elaboradas para o fundo documental Corte de Apelação do Distrito Federal, foi efetuada uma análise nos processos do mesmo fundo. Em cada processo foram consideradas as seguintes informações: a data (mês e ano), a proveniência (vara ou serventia de origem) e o tipo documental (ação). Foram analisados 363 processos, entre 1890 e 1937, escolhidos aleatoriamente dentro do acervo custodiados pelo DEGEA.

4.1 QUANTIDADES DE PROCESSOS POR ANO

ANO	QUANTIDADE
1890	1
1891	2
1892	1
1893	1
1894	6
1895	5
1896	4
1897	4
1898	29
1899	4
1900	1
1901	1
1902	8
1903	2
1904	1
1905	4
1906	6
1907	3
1908	4
1909	11
1910	15
1911	17
1912	8

1913	15
1914	1
1915	6
1916	4
1917	6
1918	4
1919	4
1920	4
1921	6
1922	6
1923	7
1924	26
1925	10
1926	24
1927	9
1928	9
1929	16
1930	9
1931	6
1932	4
1933	4
1934	11
1935	3
1936	19
1937	12
TOTAL DE PROCESSOS:	**363**

4.2 PROVENIÊNCIA

PROVENIÊNCIA	QUANTIDADE DE PROCESSOS
Corte de Apelação do Distrito Federal	33
Corte de Apelação do Distrito Federal - Conselho Supremo	6
Corte de Apelação do Distrito Federal - Juízo dos Feitos da Fazenda Municipal	1
Corte de Apelação do Distrito Federal - Juízo dos Feitos da Saúde Pública	2
Corte de Apelação do Distrito Federal - Juízo de menores	2
Corte de Apelação do Distrito Federal - 1ª Pretoria	6
Corte de Apelação do Distrito Federal - 2ª Pretoria	4
Corte de Apelação do Distrito Federal - 3ª Pretoria	30
Corte de Apelação do Distrito Federal - 4ª Pretoria	35

Corte de Apelação do Distrito Federal - 5ª Pretoria	3
Corte de Apelação do Distrito Federal - 6ª Pretoria	7
Corte de Apelação do Distrito Federal - 7ª Pretoria	1
Corte de Apelação do Distrito Federal - 9ª Pretoria	2
Corte de Apelação do Distrito Federal - 10ª Pretoria	1
Corte de Apelação do Distrito Federal - 11ª Pretoria	3
Corte de Apelação do Distrito Federal - 12ª Pretoria	2
Corte de Apelação do Distrito Federal - 13ª Pretoria	2
Corte de Apelação do Distrito Federal - 21ª Pretoria	1
Corte de Apelação do Distrito Federal - 1ª Pretoria cível	20
Corte de Apelação do Distrito Federal - 2ª Pretoria cível	12
Corte de Apelação do Distrito Federal - 3ª Pretoria cível	9
Corte de Apelação do Distrito Federal - 5ª Pretoria cível	5
Corte de Apelação do Distrito Federal - 7ª Pretoria cível	1
Corte de Apelação do Distrito Federal - 3ª Pretoria criminal	2
Corte de Apelação do Distrito Federal - 4ª Pretoria criminal	1
Corte de Apelação do Distrito Federal - 5ª Pretoria criminal	1
Corte de Apelação do Distrito Federal - 6ª Pretoria criminal	1
Corte de Apelação do Distrito Federal - 7ª Pretoria criminal	1
Corte de Apelação do Distrito Federal - 1ª Câmara	11
Corte de Apelação do Distrito Federal - 2ª Câmara	4
Corte de Apelação do Distrito Federal - 3ª Câmara	15
Corte de Apelação do Distrito Federal - 4ª Câmara	13
Corte de Apelação do Distrito Federal - 1ª Vara cível	4
Corte de Apelação do Distrito Federal - 2ª Vara cível	17
Corte de Apelação do Distrito Federal - 3ª Vara cível	59
Corte de Apelação do Distrito Federal - 4ª Vara cível	16
Corte de Apelação do Distrito Federal - 6ª Vara cível	1
Corte de Apelação do Distrito Federal - 1ª Vara criminal	1
Corte de Apelação do Distrito Federal - 2ª Vara criminal	2
Corte de Apelação do Distrito Federal - 5ª Vara criminal	1
Corte de Apelação do Distrito Federal - 7ª Vara criminal	2
Corte de Apelação do Distrito Federal - Vara comercial	1
Corte de Apelação do Distrito Federal - Vara de Registros Públicos	3
Corte de Apelação do Distrito Federal - 1ª Vara de órfãos e ausentes	10
Corte de Apelação do Distrito Federal - 2ª Vara de órfãos e	4

ausentes	
Corte de Apelação do Distrito Federal - Tribunal Civil e Criminal - Câmara Civil	4
Corte de Apelação do Distrito Federal - Tribunal Civil e Criminal - Câmara Comercial	1
TOTAL DE PROCESSOS: 363	

4.3 TIPO DOCUMENTAL

TIPO DOCUMENTAL	QUANTIDADE DE PROCESSOS
Ação executiva	11
Ação ordinária	9
Ação sumária	3
Adjudicação	2
Alvará de autorização	1
Alvará de separação de corpos	4
Anulação de casamentos	1
Arrecadação	14
Arresto	1
Arrombamento	1
Art. 294 § 2º do C.P.	4
Averbação	1
Averbação de desquite	2
Averbação de emancipação	1
Busca e apreensão	1
Carta de sentença	1
Carta testemunhável	6
Concurso público	32
Conflito de jurisdição	1
Declaração de menor	1
Denúncia	1
Depósito	8
Despejo	9
Desquite	1
Dez dias (decendial)	7
Diligência	1
Divórcio	2
Dúvida sobre escritura	1

Dúvida sobre pagamento de imposto	1
Embargos	3
Execução de sentença	1
Execução de título extrajudicial	1
Execução por custas	2
Executivo	6
Executivo por aluguéis	1
Executivo por honorários	1
Executivo por nota promissória	1
Exibição	1
Flagrante	2
Furto	1
Hábeas Corpus	47
Habilitação de crédito	1
Habilitação retardatária	2
Imissão de posse	2
Impugnação	19
Inquérito	1
Inquirição	1
Insinuação de doação	1
Inventário	47
Justificação	6
Licença para casamento	1
Notificação	2
Partilha amigável	11
Penhora executiva	16
Perda de sinal	1
Prestação de contas	6
Protesto	2
Queixa crime	4
Reabilitação de falido	2
Reclamação	2
Registro de nascimento	2
Reintegração de posse	4
Reivindicação	6
Representação	1
Requerimento	14

Retificação	1
Seqüestro de bens	1
Sumário (prisão)	1
Sumário crime (art. 356 e 357)	2
Testamento	1
Tutela	5
Usucapião	1
Vistoria	2
TOTAL DE PROCESSOS:	**363**

4.4 PROCESSOS CONSULTADOS

CAIXA: 00.336.433-1 / 7.G5.S35.1648			
ANO	**PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA**	**TIPO DOCUMENTAL**	**INFORMAÇÕES**
01/1898	Corte de Apelação (DF) 4ª Pretoria	Penhora Executiva	---
01/1898	Corte de Apelação (DF) 4ª Pretoria	Partilha amigável	Apelação: Conselho do Tribunal Civil e Criminal
01/1898	Corte de Apelação (DF) 4ª Pretoria	Partilha amigável	---
01/1898	Corte de Apelação (DF) 4ª Pretoria	Partilha amigável	---
01/1898	Corte de Apelação (DF) 4ª Pretoria	Partilha amigável	---
02/1898	Corte de Apelação (DF) 4ª Pretoria	Penhora Executiva	---
03/1898	Corte de Apelação (DF) 4ª Pretoria	Penhora Executiva	---
03/1898	Corte de Apelação (DF) 4ª Pretoria	Penhora Executiva	---
03/1898	Corte de Apelação (DF) 4ª Pretoria	Penhora Executiva	---
04/1898	Corte de Apelação (DF) 4ª Pretoria	Execução por custas	---
04/1898	Corte de Apelação (DF) 4ª Pretoria	Penhora Executiva	---
04/1898	Corte de Apelação (DF) 4ª Pretoria	Partilha amigável	---
05/1898	Corte de Apelação (DF) 4ª Pretoria	Penhora Executiva	---

05/1898	Corte de Apelação (DF) 4ª Pretoria	Partilha amigável	---
08/1898	Corte de Apelação (DF) 4ª Pretoria	Penhora Executiva	---
09/1898	Corte de Apelação (DF) 4ª Pretoria	Penhora Executiva	---
09/1898	Corte de Apelação (DF) 4ª Pretoria	Penhora Executiva	---
09/1898	Corte de Apelação (DF) 4ª Pretoria	Penhora Executiva	---
09/1898	Corte de Apelação (DF) 4ª Pretoria	Penhora Executiva	---
09/1898	Corte de Apelação (DF) 4ª Pretoria	Execução por custas	---
10/1898	Corte de Apelação (DF) 4ª Pretoria	Penhora Executiva	---
11/1898	Corte de Apelação (DF) 4ª Pretoria	Execução de título extrajudicial	---
11/1898	Corte de Apelação (DF) 4ª Pretoria	Carta de sentença	---
12/1898	Corte de Apelação (DF) 4ª Pretoria	Penhora Executiva	---
12/1898	Corte de Apelação (DF) 4ª Pretoria	Penhora Executiva	---
12/1898	Corte de Apelação (DF) 4ª Pretoria	Insinuação de doação	---
04/1899	Corte de Apelação (DF) 4ª Pretoria	Licença para casamento	Apelação para o Conselho do Tribunal Civil e Criminal

CAIXA: 00. 246.265-5/ 7.G3.S35.2215			
ANO	**PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA**	**TIPO DOCUMENTAL**	**INFORMAÇÕES**
01/1907	Corte de Apelação (DF) 4ª pretoria	Ação ordinária	---
07/1907	Corte de Apelação (DF) 4ª pretoria	Requerimento	---
03/1913	Corte de Apelação (DF)	Concurso público	Concurso para pretor
03/1913	Corte de Apelação (DF)	Concurso público	Concurso para pretor
03/1913	Corte de Apelação (DF)	Concurso público	Concurso para pretor
04/1913	Corte de Apelação (DF)	Concurso público	Concurso para pretor

04/1913	Corte de Apelação (DF)	Concurso público	Concurso para pretor
04/1913	Corte de Apelação (DF)	Concurso público	Concurso para pretor
04/1913	Corte de Apelação (DF)	Concurso público	Concurso para pretor
04/1913	Corte de Apelação (DF)	Concurso público	Concurso para pretor
04/1913	Corte de Apelação (DF)	Concurso público	Concurso para pretor
04/1913	Corte de Apelação (DF)	Concurso público	Concurso para pretor
04/1913	Corte de Apelação (DF)	Concurso público	Concurso para pretor
12/1913	Corte de Apelação (DF)	Concurso público	Concurso para Juiz de Direito
03/1915	Corte de Apelação (DF)	Concurso público	Concurso para pretor
07/1915	Corte de Apelação (DF)	Concurso público	Concurso para pretor
02/1917	Corte de Apelação (DF)	Concurso público	Concurso para pretor
02/1917	Corte de Apelação (DF)	Concurso público	Concurso para pretor
03/1917	Corte de Apelação (DF)	Concurso público	Concurso para pretor
01/1918	Corte de Apelação (DF)	Concurso público	Concurso para pretor
04/1919	Corte de Apelação (DF)	Concurso público	Concurso para pretor
04/1919	Corte de Apelação (DF)	Concurso público	Concurso para pretor
04/1919	Corte de Apelação (DF)	Concurso público	Concurso para pretor

CAIXA: 00. 246.262-0/ 7.G3.S35.201-5			
ANO	**PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA**	**TIPO DOCUMENTAL**	**INFORMAÇÕES**
03/1920	Corte de Apelação (DF)	Concurso público	Concurso para pretor
03/1920	Corte de Apelação (DF)	Concurso público	Concurso para pretor
03/1920	Corte de Apelação (DF)	Concurso público	Concurso para pretor

09/1921	Corte de Apelação (DF)	Concurso público	Concurso para pretor
10/1921	Corte de Apelação (DF)	Concurso público	Concurso para pretor
10/1921	Corte de Apelação (DF)	Concurso público	Concurso para pretor

CAIXA: 00. 246.405-6/ 7.G3.S35.2198			
ANO	**PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA**	**TIPO DOCUMENTAL**	**INFORMAÇÕES**
01/1926	Corte de Apelação (DF) 3ª vara cível	Carta testemunhável	Apelação Supremo Tribunal Federal
10/1926	Corte de Apelação (DF) 2ª vara cível	Carta testemunhável	Apelação Supremo Tribunal Federal
08/1936	Corte de Apelação (DF) 1ª vara cível	Carta testemunhável	Apelação Corte Suprema
06/1937	Corte de Apelação (DF) 3ª Câmara	Carta testemunhável	Apelação Corte Suprema
08/1937	Corte de Apelação (DF) 3ª Câmara	Carta testemunhável	Apelação Corte Suprema

CAIXA: 00. 246.218-7/ 7.G3.S35.2253			
ANO	**PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA**	**TIPO DOCUMENTAL**	**INFORMAÇÕES**
08/1920	Corte de Apelação (DF) 7ª pretoria criminal	Sumário (prisão)	Cartório do 1º ofício

CAIXA: 00. 246.264-3/ 7.G3.S35.2213			
ANO	**PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA**	**TIPO DOCUMENTAL**	**INFORMAÇÕES**
04/1924	Corte de Apelação (DF) 3ª Câmara	Hábeas Corpus	---
04/1924	Corte de Apelação (DF) 4ª Câmara	Hábeas Corpus	---
04/1924	Corte de Apelação (DF) 3ª Câmara	Hábeas Corpus	---
04/1924	Corte de Apelação (DF) 4ª Câmara	Hábeas Corpus	---

04/1924	Corte de Apelação (DF) 3ª Câmara	Hábeas Corpus	---
04/1924	Corte de Apelação (DF) 4ª Câmara	Hábeas Corpus	---
04/1924	Corte de Apelação (DF) 4ª Câmara	Hábeas Corpus	---
04/1924	Corte de Apelação (DF) 4ª Câmara	Hábeas Corpus	---
04/1924	Corte de Apelação (DF) 4ª Câmara	Hábeas Corpus	---
04/1924	Corte de Apelação (DF) 4ª Câmara	Hábeas Corpus	---
04/1924	Corte de Apelação (DF) 4ª Câmara	Hábeas Corpus	---
04/1924	Corte de Apelação (DF) 4ª Câmara	Hábeas Corpus	---
04/1924	Corte de Apelação (DF) 3ª Câmara	Hábeas Corpus	---
04/1924	Corte de Apelação (DF) 3ª Câmara	Hábeas Corpus	---
04/1924	Corte de Apelação (DF) 3ª Câmara	Hábeas Corpus	---
04/1924	Corte de Apelação (DF) 3ª Câmara	Hábeas Corpus	---
05/1924	Corte de Apelação (DF) 4ª Câmara	Hábeas Corpus	---
05/1924	Corte de Apelação (DF) 4ª Câmara	Hábeas Corpus	---
05/1924	Corte de Apelação (DF) 3ª Câmara	Hábeas Corpus	---
05/1924	Corte de Apelação (DF) 4ª Câmara	Hábeas Corpus	---
05/1924	Corte de Apelação (DF) 4ª Câmara	Hábeas Corpus	---
09/1924	Corte de Apelação (DF) 3ª Câmara	Hábeas Corpus	---
09/1924	Corte de Apelação (DF) 3ª Câmara	Hábeas Corpus	---

CAIXA: 00. 246.260-6/ 7.G3.S35.2216			
ANO	**PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA**	**TIPO DOCUMENTAL**	**INFORMAÇÕES**

01/1922	Corte de Apelação (DF) 2ª pretoria cível	Registro de nascimento	---
11/1922	Corte de Apelação (DF) 2ª pretoria cível	Retificação	---
03/1924	Corte de Apelação (DF) 2ª pretoria cível	Averbação	---
05/1924	Corte de Apelação (DF) 2ª pretoria cível	Averbação de emancipação	---
02/1925	Corte de Apelação (DF) 2ª pretoria cível	Averbação de desquite	---
03/1925	Corte de Apelação (DF) 2ª pretoria cível	Registro de nascimento	---
07/1925	Corte de Apelação (DF) 2ª pretoria cível	Averbação de desquite	---
12/1925	Corte de Apelação (DF) 2ª pretoria cível	Averbação de emancipação	---

CAIXA: 00.334.150-1/ 7.G3.S34.326			
ANO	**PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA**	**TIPO DOCUMENTAL**	**INFORMAÇÕES**
11/1915	Corte de Apelação (DF) 2ª pretoria cível	Ação executiva	---
06/1925	Corte de Apelação (DF) 2ª pretoria cível	Executivo	---
01/1925	Corte de Apelação (DF) 2ª pretoria cível	Executivo	---
05/1925	Corte de Apelação (DF) 2ª pretoria cível	Executivo	---

CAIXA: 00.246.272-2/ 7.G3.S35.2211			
ANO	**PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA**	**TIPO DOCUMENTAL**	**INFORMAÇÕES**
06/1901	Corte de Apelação (DF) Conselho Supremo	Hábeas Corpus	---
02/1902	Corte de Apelação (DF) Conselho Supremo	Hábeas Corpus	---
07/1902	Corte de Apelação (DF) Conselho Supremo	Hábeas Corpus	---
09/1902	Corte de Apelação (DF) Conselho Supremo	Hábeas Corpus	---
08/1903	Corte de Apelação (DF) Conselho Supremo	Hábeas Corpus	---

06/1917	Corte de Apelação (DF) 3ª Câmara	Hábeas Corpus	---
09/1917	Corte de Apelação (DF) 3ª Câmara	Hábeas Corpus	---

CAIXA: 00.246.220-5/ 7.G3.S35.2196			
ANO	**PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA**	**TIPO DOCUMENTAL**	**INFORMAÇÕES**
06/1916	Corte de Apelação (DF) 5ª pretoria cível	Depósito	---
10/1933	Corte de Apelação (DF) 5ª pretoria cível	Imissão de posse	---
04/1937	Corte de Apelação (DF) 5ª pretoria cível	Executivo	---
08/1937	Corte de Apelação (DF) 5ª pretoria cível	Executivo	---
08/1937	Corte de Apelação (DF) 5ª pretoria cível	Executivo	---

CAIXA: 00.250.311-6/ 7.G5.S35.2092			
ANO	**PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA**	**TIPO DOCUMENTAL**	**INFORMAÇÕES**
03/1930	Corte de Apelação (DF) 7ª vara criminal	Representação	Apelação: Comissão Disciplinar
09/1935	Corte de Apelação (DF) Juízo de Menores	Inquérito	Apelação: Comissão Disciplinar
04/1936	Corte de Apelação (DF) Juízo de Menores	Inquirição	---

CAIXA: 00.317.187-5/ 7.G6.S7.251			
ANO	**PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA**	**TIPO DOCUMENTAL**	**INFORMAÇÕES**
06/1917	Corte de Apelação (DF)	Concurso público	Escrivão do 2°ofício de órfãos
11/1922	Corte de Apelação (DF) Conselho Supremo	Reclamação	---
08/1933	Corte de Apelação (DF)	Concurso público	Concurso para promotor público

CAIXA: 00.252.410-7/ 7.G5.S5.2074			
ANO	**PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA**	**TIPO DOCUMENTAL**	**INFORMAÇÕES**

12/1908	Corte de Apelação (DF) Juízo dos Feitos da Saúde Pública	Vistoria	---
03/1912	Corte de Apelação (DF)	Concurso público	Concurso para Juiz de Direito
06/1912	Corte de Apelação (DF)	Concurso público	Concurso para Juiz de Direito

CAIXA: 00.301.803-9/ 7.G5.S30.1129			
ANO	**PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA**	**TIPO DOCUMENTAL**	**INFORMAÇÕES**
05/1906	Corte de Apelação (DF) 2ª vara de órfãos e ausentes	Inventário	---
06/1906	Corte de Apelação (DF) 2ª vara de órfãos e ausentes	Inventário	---
08/1909	Corte de Apelação (DF) 2ª vara de órfãos e ausentes	Reclamação	---
09/1912	Corte de Apelação (DF) 2ª vara de órfãos e ausentes	Inventário	---

CAIXA: 00.252.389-9/ 7.G5.S5.2149			
ANO	**PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA**	**TIPO DOCUMENTAL**	**INFORMAÇÕES**
08/1918	Corte de Apelação (DF) 3ª vara cível	Partilha amigável	---
06/1919	Corte de Apelação (DF) 3ª vara cível	Reabilitação de falido	---
12/1921	Corte de Apelação (DF) 3ª vara cível	Ação ordinária	---
11/1926	Corte de Apelação (DF) 3ª vara cível	Seqüestro de bens	---
03/1927	Corte de Apelação (DF) 3ª vara cível	Reabilitação de falido	---
04/1928	Corte de Apelação (DF) 3ª vara cível	Busca e apreensão	Apelação: 3ª Câmara
11/1928	Corte de Apelação (DF) 3ª vara cível	Reivindicação	---
09/1929	Corte de Apelação (DF) 3ª vara cível	Reivindicação	---
01/1933	Corte de Apelação (DF) 3ª vara cível	Reivindicação	Apelação: 5ª Câmara
01/1934	Corte de Apelação (DF) 3ª vara cível	Reivindicação	---

07/1934	Corte de Apelação (DF) 3ª vara cível	Reivindicação	---
02/1937	Corte de Apelação (DF) 3ª vara cível	Habilitação de crédito	---

CAIXA: 00.250.332-3/ 7.G3.S5.1583			
ANO	**PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA**	**TIPO DOCUMENTAL**	**INFORMAÇÕES**
02/1894	Corte de Apelação (DF) 21ª pretoria	Partilha amigável	Apelação: Conselho do Tribunal Civil e Criminal
10/1900	Corte de Apelação (DF) Tribunal Civil e Criminal Câmara Civil	Ação ordinária	---
05/1902	Corte de Apelação (DF) Juízo dos Feitos da Fazenda Municipal	Ação ordinária	---

CAIXA: 00.301.796-5/ 7.G5.S30.912			
ANO	**PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA**	**TIPO DOCUMENTAL**	**INFORMAÇÕES**
08/1908	Corte de Apelação (DF) 3ª pretoria cível	Decendial	---
03/1910	Corte de Apelação (DF) 3ª pretoria cível	Divórcio	---

CAIXA: 00.315.311-3/ 7.G6.S6.462			
ANO	**PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA**	**TIPO DOCUMENTAL**	**INFORMAÇÕES**
11/1916	Corte de Apelação (DF) 4ª vara cível	Inventário	---
04/1923	Corte de Apelação (DF) 4ª vara cível	Inventário	---
01/1929	Corte de Apelação (DF) 4ª vara cível	Inventário	---
04/1929	Corte de Apelação (DF) 4ª vara cível	Inventário	---
04/1929	Corte de Apelação (DF) 4ª vara cível	Inventário	---
02/1931	Corte de Apelação (DF) 4ª vara cível	Inventário	---

06/1936	Corte de Apelação (DF) 4ª vara cível	Inventário	---
08/1936	Corte de Apelação (DF) 7ª pretoria cível	Inventário	Apelação: 4ª vara cível

CAIXA: 00.336.068-4/ 7.G5.S35.2131			
ANO	**PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA**	**TIPO DOCUMENTAL**	**INFORMAÇÕES**
04/1902	Corte de Apelação (DF) 4ª pretoria	Ação sumária	---
04/1902	Corte de Apelação (DF) 4ª pretoria	Ação sumária	---
04/1902	Corte de Apelação (DF) 4ª pretoria	Ação sumária	Apelação: Conselho do Tribunal Civil e Criminal

CAIXA: 00.329.190-0/ 7.G6.S12.139			
ANO	**PROVENIÊNCIA/ PROCEDÊNCIA**	**TIPO DOCUMENTAL**	**INFORMAÇÕES**
05/1894	Corte de Apelação (DF) 4ª pretoria	Arrecadação	---
09/1896	Corte de Apelação (DF) 5ª pretoria	Partilha amigável	Apelação: Conselho do Tribunal Civil e Criminal
05/1898	Corte de Apelação (DF) 5ª pretoria	Inventário	Apelação: Conselho do Tribunal Civil e Criminal
06/1937	Corte de Apelação (DF) 1ª pretoria cível	Exibição	---
08/1937	Corte de Apelação (DF) 1ª pretoria cível	Usucapião	---
12/1937	Corte de Apelação (DF) 1ª pretoria cível	Perda de sinal	Apelação: 3ª Câmara

ANEXOS

ANEXO I[3]

PRETORIAS 1890

CLASSIFICAÇÃO: PRETORIAS URBANAS

1ª Pretoria	Candelária
2ª Pretoria	Santa Rita
3ª Pretoria	Sacramento
4ª Pretoria	São José
5ª Pretoria	Santo Antônio
6ª Pretoria	Glória
7ª Pretoria	Lagoa
8ª Pretoria	Gávea
9ª Pretoria	Sant`Anna
10ª Pretoria	Espírito Santo
11ª Pretoria	São Cristóvão
12ª Pretoria	Engenho Velho
13ª Pretoria	Engenho Novo
14ª Pretoria	Inhaúma

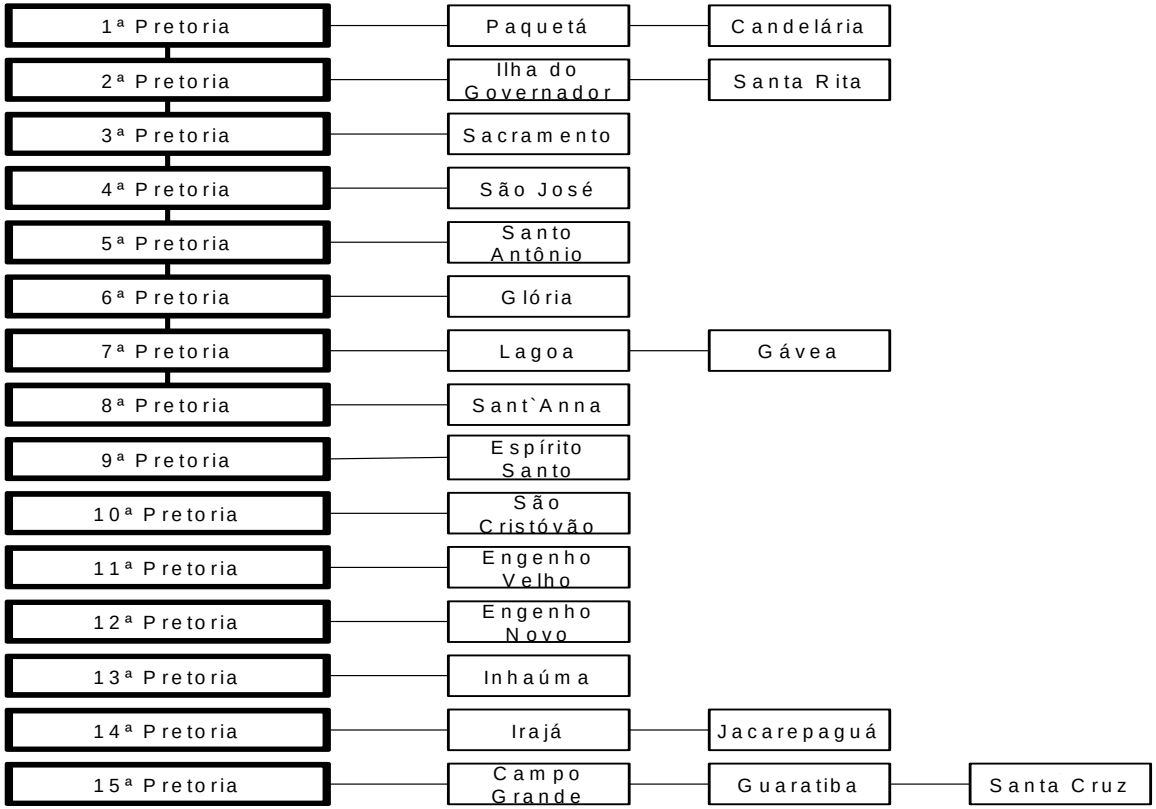
CLASSIFICAÇÃO: PRETORIAS SUBURBANAS

15ª Pretoria	Irajá
16ª Pretoria	Ilha do Governador
17ª Pretoria	Paquetá
18ª Pretoria	Jacarepaguá
19ª Pretoria	Guaratiba
20ª Pretoria	Santa Cruz
21ª Pretoria	Campo Grande

[3] Decreto nº 1.030, de 14/11/1890; passa a vigorar após a aprovação da Constituição de 1891. Em cada pretoria haveria uma Junta Correcional, composta pelo pretor e mais dois juízes vogais.

ANEXO II[4]

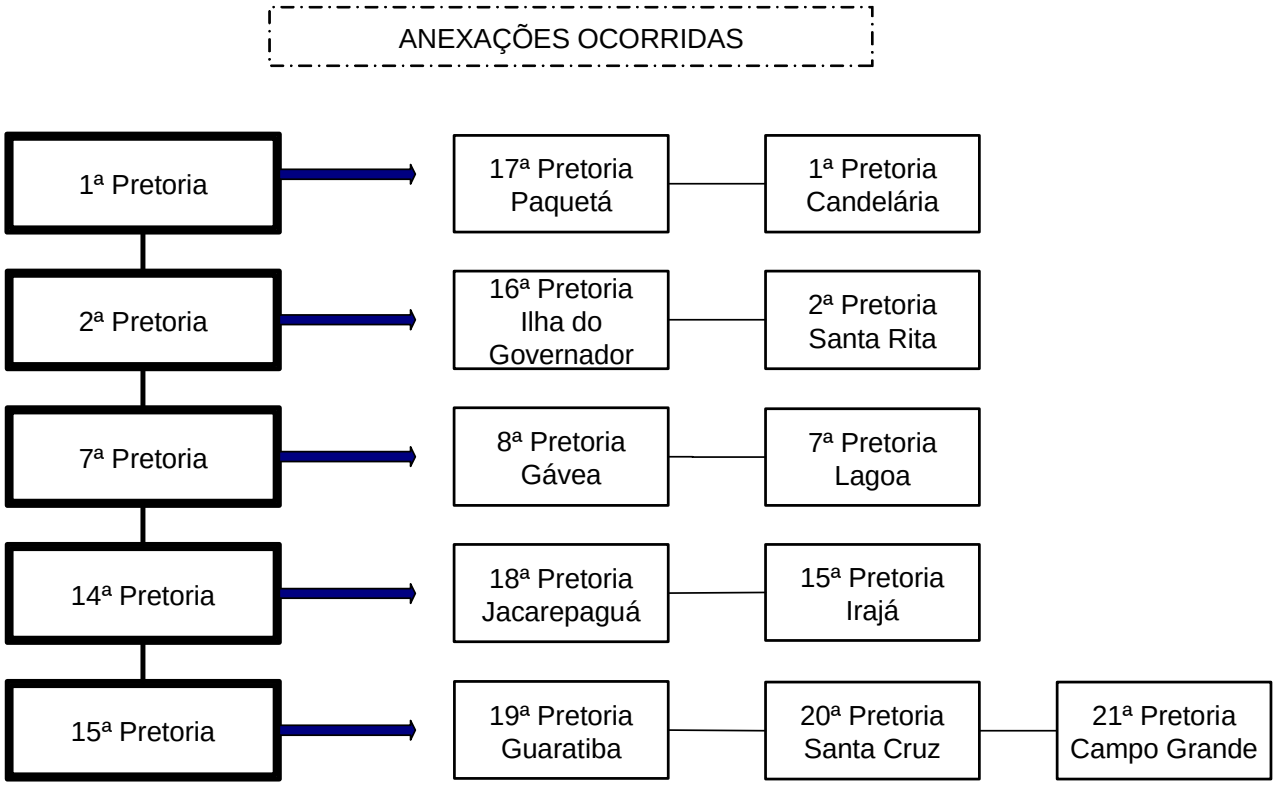
PRETORIAS - 1895



[4] Essa disposição só passa a vigorar a partir de 10/03/1895, por término do quatriênio dos pretores.

ANEXO III[5]

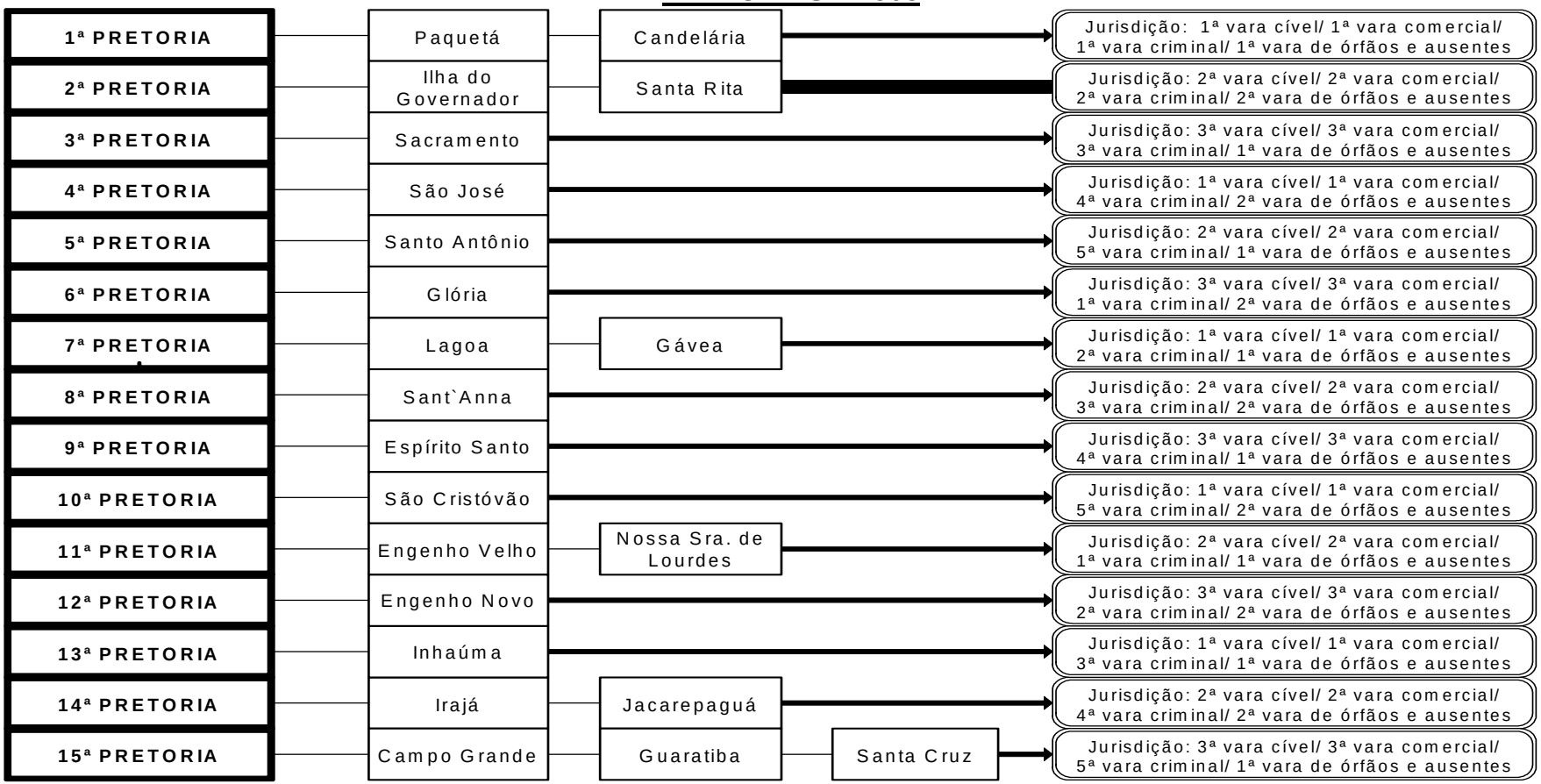
PRETORIAS – 1895



[5] Ato legislativo: lei nº 225, de 30/11/1894; Ato executivo: decreto nº 1.978, de 25/02/1895; disposição só passa a vigorar a partir de 10/03/1895. O juiz da pretoria anexada iria exercer o cargo naquela em que houvesse vaga, a partir do término do quatriênio dos pretores.

ANEXO IV[6]

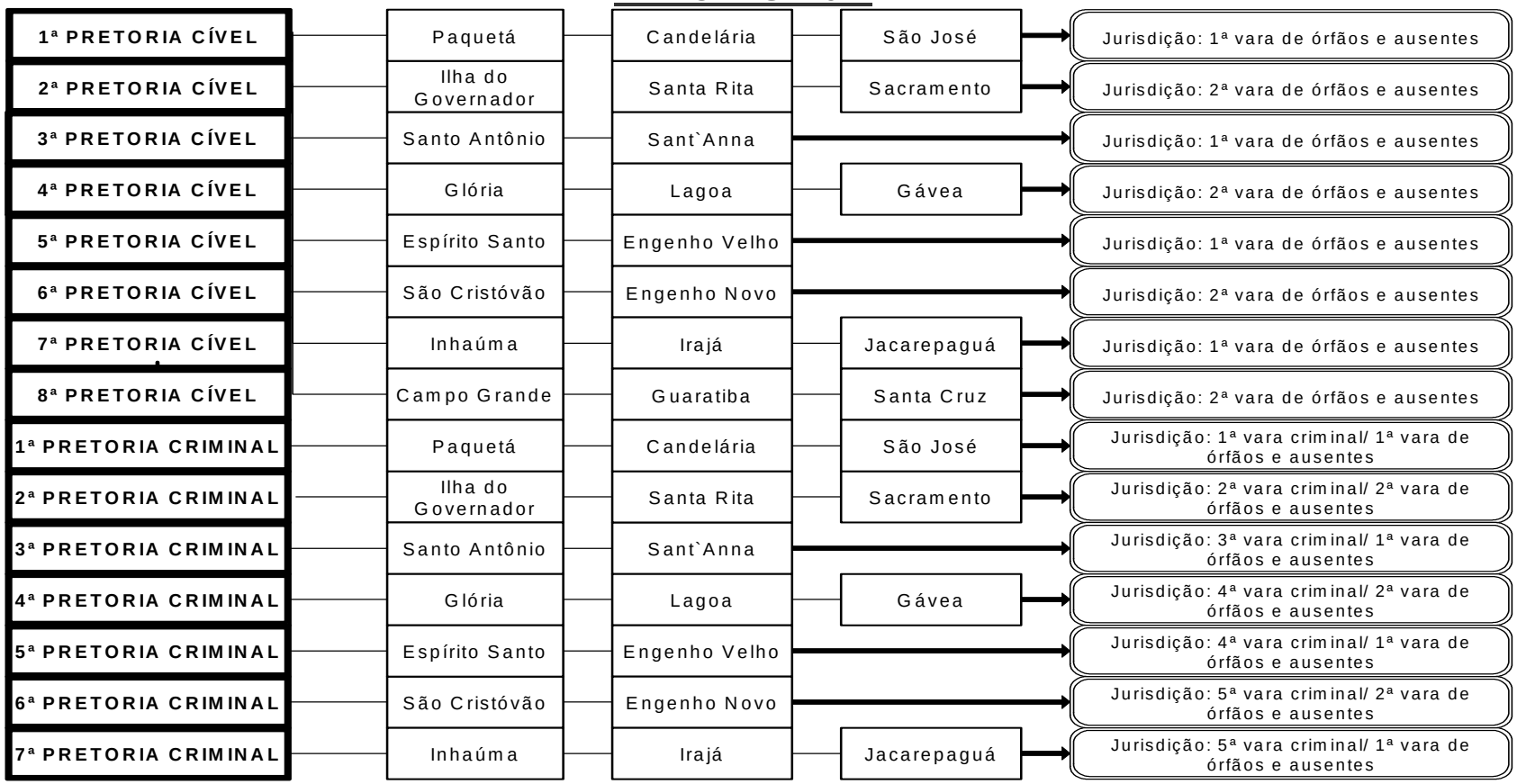
PRETORIAS – 1905



[6] Ato legislativo: Decreto nº 1.338, de 09/01/1905./ Atos executivos: Lei nº 5.433, de 16/01/1905./ Decreto nº 5.561, de 19/06/1905.

ANEXO V[7]

PRETORIAS - 1911



[7] Ato executivo: Decreto nº 16.273, de 20/12/1923. Ato executivo: Decreto nº 16.367, de 06/02/1924. O 2º distribuidor realizava a distribuição para as pretorias cíveis e criminais pares e o 3º distribuidor para as pretorias cíveis e criminais ímpares.

ANEXO VI[8]

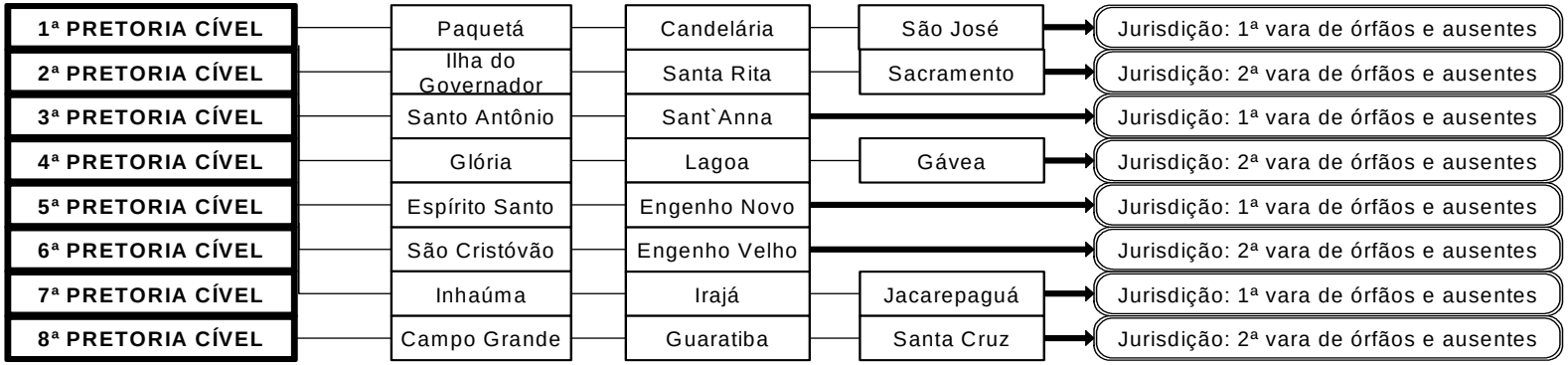
PRETORIAS – 1917

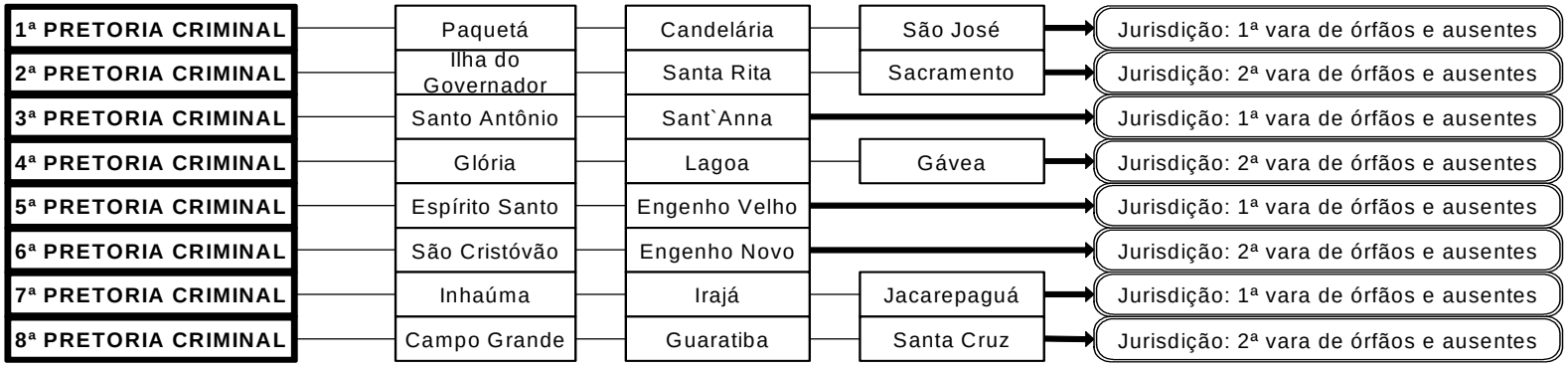
1ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA	Paquetá	Candelária	São José	Subordinada: 1ª pretoria criminal/ 1ª pretoria cível/ 1ªvara criminal/ 1ª vara de órfãos e ausentes
2ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA	Ilha do Governador	Santa Rita	Sacramento	Subordinada: 2ª pretoria criminal/ 2ª pretoria cível/ 2ª vara criminal/ 2ª vara de órfãos e ausentes
3ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA	Santo Antônio	Sant`Anna		Subordinada: 3ª pretoria criminal/ 3ª pretoria cível/ 3ª vara criminal/ 1ª vara de órfãos e ausentes
4ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA	Glória	Lagoa	Gávea	Subordinada: 4ª pretoria criminal/ 4ª pretoria cível/ 4ª vara criminal/ 2ª vara de órfãos e ausentes
5ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA	Espírito Santo	Engenho Velho		Subordinada: 5ª pretoria criminal/ 5ª pretoria cível/ 4ª vara criminal/ 1ª vara de órfãos e ausentes
6ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA	São Cristóvão	Engenho Novo		Subordinada: 6ª pretoria criminal/ 6ª pretoria cível/ 5ª vara criminal/ 2ª vara de órfãos e ausentes
7ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA	Inhaúma	Irajá	Jacarepaguá	Subordinada: 7ª pretoria criminal/ 7ª pretoria cível/ 5ª vara criminal/ 1ª vara de órfãos e ausentes
8ª CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA	Campo Grande	Guaratiba	Santa Cruz	Subordinada: 7ª pretoria criminal/ 8ª pretoria cível/ 4ª vara criminal/ 2ª vara de órfãos e ausentes

[8] Ato executivo: Decreto nº 12.356, de 10/01/1917.

ANEXO VII[9]

PRETORIAS – 1923





[9] Ato executivo: Decreto nº 16.273, de 20/12/1923. Ato executivo: Decreto nº 16.367, de 06/02/1924.
O 2º distribuidor realizava a distribuição para as pretorias cíveis e criminais pares e o 3º distribuidor para as pretorias cíveis e criminais ímpares.